



Relatório Final

Sumário Executivo

Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte

Abril de 2011



PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE PDDI – RMBH

Relatório de Definição das Propostas de Políticas Setoriais, Projetos e Investimentos Prioritários

Sumário Executivo



Secretaria Estadual de
Desenvolvimento Regional
e Política Urbana - SEDRU



SUMÁRIO

1	Apresentação	1
2	Proposta de Reestruturação Territorial Metropolitana	10
2.1	Políticas da Dimensão Estruturante Territorialidade	20
2.1.1	Centralidades em Rede	20
2.1.2	Regulação do Uso e da Ocupação do Solo	21
3	Eixos Temáticos Integradores: Políticas e Programas	23
3.1	Eixo Acessibilidade	23
3.1.1	Mobilidade Metropolitana	24
3.1.2	Direito ao Espaço Cotidiano: Moradia e Ambiente Urbano	25
3.1.3	Integração dos Serviços de Saúde	26
3.1.4	Assistência Social	27
3.1.5	Democracia Digital	28
3.2	Eixo Seguridade	29
3.2.1	Segurança Pública	30
3.2.2	Gestão dos Riscos Ambientais e de Mudanças Climáticas	31
3.2.3	Segurança Alimentar e Nutricional	32
3.2.4	Formação e Qualificação Profissional	33
3.2.5	Apoio à Produção em Pequena Escala	34
3.3	Eixo Urbanidade	35
3.3.1	Democratização dos Espaços Públicos	36
3.3.2	Gestão da Paisagem e Valorização da Diversidade Cultural	37
3.3.3	Gestão Territorial da Educação e Cultura	38
3.3.4	Promoção de Atividades Culturais e Criativas	39
3.3.5	Financiamento da Cultura	40
3.4	Eixo Sustentabilidade	41
3.4.1	Desenvolvimento Produtivo Sustentável	42
3.4.2	Desenvolvimento de Territórios Minerários	44
3.4.3	Gestão, Proteção e Recuperação dos Recursos Hídricos	45
3.4.4	Resíduos Sólidos	46

3.4.5	Saneamento Básico	48
3.4.6	Delimitação e Recuperação de Áreas de Interesse para Conservação Ambiental	49
3.4.7	Compensação e Valoração de Serviços Ambientais	50
3.4.8	Mitigação de Gases de Efeito Estufa para uma Economia de Baixo Carbono	51
4	Proposta Institucional	52
4.1	Recomendações, Diretrizes e Ações para Implementação do PDDI	52
4.2	Apresentação da Matriz de Desenvolvimento Institucional	57
4.3	Políticas da Dimensão Estruturante Institucionalidade	61
4.3.1	Desenvolvimento Institucional..	61
4.3.2	Cooperação Interinstitucional e Intersetorial	63
4.3.3	Modernização e Atualização da Estrutura Fiscal dos Municípios	64
5	Equipe	65

1 APRESENTAÇÃO

Este documento apresenta o Sumário Executivo do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte – PDDI-RMBH, contratado pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana – Sedru, do Governo do Estado de Minas Gerais, junto à Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais – Fundação Ipead, e elaborado por uma equipe coordenada pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional – Cedeplar, da Faculdade de Ciências Econômicas – FACE, da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, com a participação direta de professores e alunos de pós-graduação e graduação, de várias unidades e departamentos da UFMG. Os estudos envolveram também professores e pesquisadores do Observatório de Políticas Urbanas – OPUR, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PucMinas, e da Escola de Design da Universidade Estadual de Minas Gerais – UEMG. A equipe técnica do Plano Metropolitan incluiu também professores e pesquisadores de outras unidades de ensino superior e centros de pesquisa no Estado, além de consultores nas áreas de planejamento urbano e ambiental, transportes, políticas públicas e outros estudos setoriais.

Esta Equipe Técnica contou ainda com o apoio institucional e o acompanhamento técnico permanente da Subsecretaria de Assuntos Metropolitanos, da Sedru – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana, como também de membros do Conselho Deliberativo de Desenvolvimento Metropolitan, que constituíram uma Equipe de Acompanhamento Técnico e Institucional presente em todas as etapas do trabalho.

Os problemas metropolitanos identificados e as políticas e programas propostos para implementação foram discutidos com várias equipes técnicas setoriais do Governo do Estado, em inúmeras reuniões organizadas por temas do PDDI – as Áreas Temáticas e os Estudos Complementares, na primeira fase (Ciclo A), e os Eixos de Integração Temática e suas respectivas Políticas, na fase de propostas (Ciclos B e C). Essas reuniões técnicas, realizadas na Sedru e em outras secretarias, reuniram órgãos estaduais atuantes naqueles temas, além de representantes das prefeituras, resultando em encontros ampliados e inter-setoriais, com o objetivo de conhecer melhor e discutir os diversos programas e projetos já existentes no âmbito do Governo do Estado, para balizar, articular e integrar as várias propostas, tanto entre

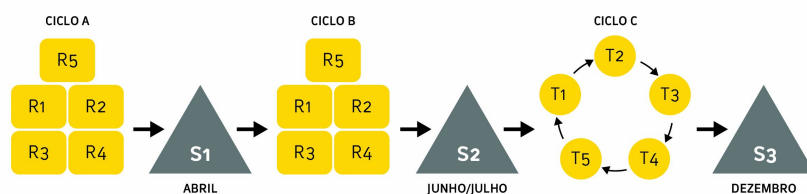
si (muitos órgãos do Estado conhecem pouco os programas dos seus pares), quanto com as sínteses e ênfases em construção no âmbito (e escalas) do Plano Metropolitan.

O PDDI contou também com a colaboração voluntária de reconhecidos especialistas nas áreas de planejamento urbano e de transportes, em especial, mas também em outras áreas de estudo, através da participação ativa em reuniões técnicas para discussão e balizamento das propostas trazidas pela equipe do Plano, já incorporando e sintetizando o processo participativo sistemático conduzido nas oficinas e seminários. Os estudos e propostas foram também apresentados parcialmente em fóruns acadêmicos e em reuniões políticas no Estado e nos Municípios, além de apresentações no Conselho Deliberativo Metropolitan, na Granbel, na Fiemg, entre outros locais e instituições, sempre com a participação e acompanhamento da Sedru-MG.

Finalmente, a Equipe Técnica e a Equipe de Acompanhamento Técnico e Institucional do Plano contaram, acima de tudo, com o debate público que incluiu dezessete oficinas de trabalho realizadas nos municípios metropolitanos e três seminários de apresentação e discussão, realizados em Belo Horizonte.

O processo de mobilização social e comunitária para participação na elaboração do PDDI envolveu mais de 3.000 participações, distribuídos entre 610 organismos e/ou entidades, sendo 61 do Poder Público Estadual, 241 do Poder Público Municipal (Executivo e Legislativo, sendo 55 vereadores) e 308 da Sociedade Civil organizada: empresas, ONGs, sindicatos, conselhos e associações comunitárias, entre outros. A dinâmica central do processo participatório consistiu nas 15 oficinas que compuseram os três ciclos de debates, concluídos com três seminários.

PROCESSO PARTICIPATIVO DO PDDI-RMBH



É importante ressaltar o ineditismo desta experiência de elaboração de um Plano Metropolitan sob responsabilidade direta de instituições de ensino superior, representando algo novo no planejamento metropolitan em Belo Horizonte, no Estado e no Brasil. A

validade e o sentido último desta experiência dependem de sua continuidade, que deverá consolidar um processo de planejamento crítico e permanente.

Deste modo, cumpre ressaltar o sentido crítico dos estudos desenvolvidos, qual seja, uma abordagem da realidade metropolitana voltada para a compreensão da totalidade. Assim, para além dos estudos analíticos, parciais e operativos, dos vários aspectos abordados, buscase sua rearticulação com a totalidade.

Em segundo lugar, deve-se enfatizar o caráter do planejamento ora proposto, coerente com a contemporaneidade. A experiência de planejamento metropolitano que conhecemos na RMBH, e no país, foi construída no contexto da ditadura militar e pautada por uma tecnocracia que lhe dava legitimidade. Pautava-se no conhecimento técnico especializado como capaz de ditar os caminhos ideais para a ação do Estado sobre a sociedade. Em contraposição a essa visão tecnocrática do planejamento, surgiram correntes centradas na ‘mobilização social’ e no ‘aprendizado social’, que colocam a sociedade não apenas como objeto, mas também como sujeito do planejamento. Esta abordagem contemporânea pressupõe um processo contínuo de mútuo aprendizado entre planejadores e sociedade.

Neste contexto, a abordagem crítica supera o sentido analítico e funcional de um planejamento reformista, sem desqualificá-lo, mas limitando-o ao seu caráter operacional e imediato e indo além, com o objetivo de pensar a totalidade em transformação e buscar construir processos voltados para a transformação social, econômica e ambiental.

O objetivo do PDDI é, portanto, construir um **processo de planejamento metropolitano** na RMBH envolvendo seus municípios, o estado de Minas Gerais, os órgãos federais ali atuantes, a sociedade civil organizada em seus movimentos sociais, associações empresariais e populares e também, complementarmente, os municípios que compõem o Colar e o Entorno Metropolitano. Trata-se de construir um processo perene de discussão, colaboração e integração de conhecimentos, no curto, médio e longo prazos, e de redes de informação que permitam a análise, a crítica e o monitoramento permanentes das múltiplas ações dos vários agentes que atuam no espaço e território metropolitanos.

Este processo de planejamento implica a construção de um sentido de solidariedade e identidade metropolitanas, e também o (re)envolvimento das populações com seus territórios, suas comunidades, suas crenças, práticas e valores, tendo o respeito ao espaço da vida coletiva como um elemento central.

O PDDI-RMBH insere-se no contexto político-institucional mais amplo do processo de implantação e consolidação do novo Sistema de Gestão Metropolitana no Estado de Minas

Gerais. O atual modelo institucional de gestão metropolitana foi implantado a partir de 2004, após amplo processo de discussão liderado pela Assembléia Legislativa do Estado, que culminou com a Emenda 65 à Constituição Estadual. Em 2006, a aprovação das leis complementares 88, 89 e 90, estabeleceu o arranjo institucional para gestão e planejamento das duas RMs do Estado: Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH e Região Metropolitana do Vale do Aço – RMVA. Em 2007, foi criada a Subsecretaria de Desenvolvimento Metropolitano, dentro da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana (Sedru), para implementar o novo arranjo institucional.

A legislação define como órgãos de gestão a Assembléia Metropolitana e o Conselho Deliberativo de Desenvolvimento Metropolitano, e como órgão de suporte técnico, a Agência de Desenvolvimento Metropolitano. Participam também do sistema instituições estaduais, municipais e intermunicipais relacionadas às funções públicas de interesse comum metropolitano. São definidos como instrumentos de gestão e pilares do sistema o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado e o Fundo de Desenvolvimento Metropolitano.

O Fundo de Desenvolvimento Metropolitano é constituído de recursos do Estado e do conjunto dos 34 municípios da RMBH, na proporção de 50% de cada uma das duas partes, sendo a contribuição dos municípios proporcional às suas receitas líquidas. Compõem ainda o Fundo: dotações orçamentárias, transferências do governo federal, operações de crédito internas ou externas, doações e outros.

Em 2007, a partir da Primeira Conferência Metropolitana, foram instalados o Conselho Deliberativo e a Assembléia Metropolitana, e regulamentado o Fundo de Desenvolvimento Metropolitano. Na Conferência, informalmente foi criado o Colegiado Metropolitano, como apoio aos membros da sociedade civil eleitos para o Conselho, com representações de 20 entidades dos diversos segmentos. O Colegiado, em sua atuação, construiu forte legitimidade.

A Agência de Desenvolvimento Metropolitano – Agência RMBH – instituída pela Lei Complementar 107, de 2009, é uma autarquia territorial e especial, de caráter técnico e executivo, para fins de planejamento, assessoramento, regulação urbana e apoio à execução das funções públicas de interesse comum na região metropolitana. Possui autonomia administrativa e financeira, personalidade jurídica de direito público, sendo vinculada à Sedru – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana, com atuação orientada pelo Conselho Deliberativo de Desenvolvimento Metropolitano.

O modelo pressupõe o compartilhamento de decisões entre o Estado e o conjunto de municípios na gestão metropolitana e define a titularidade estadual em relação às funções públicas de interesse comum. Cabe ressaltar que, pela primeira vez, depois de mais de 30 anos de existência da RMBH, a sociedade civil participa do Conselho Deliberativo.

Como a Agência RMBH iniciou suas atividades apenas em meados de 2009, a Subsecretaria de Desenvolvimento Metropolitano da Sedru assumiu as atividades de apoio técnico ao Conselho e à Assembléia em 2008 e 2009, organizando as reuniões e se encarregando das atividades de planejamento metropolitano. A Subsecretaria foi responsável pela preparação e apresentação do Termo de Referência para a contratação do PDDI-RMBH.

Destaca-se a grande vitalidade do Conselho nesse período, com presença expressiva de conselheiros presentes às reuniões, além do interesse demonstrado por parte de seus membros tanto na definição das pautas das reuniões, quanto nas discussões e solicitação de informações técnicas para balizar tais discussões.

As macro-diretrizes para o planejamento, formuladas no PDDI, foram definidas em função do seu caráter *transversal* (promoção do desenvolvimento sustentável, reorganização territorial, inserção nacional e internacional, gestão metropolitana integrada e controle social), *metodológico* (consistência técnica, inter-setorialidade e participação social) e *relacionadas às funções públicas de interesse comum metropolitano* (transporte intermunicipal e sistema viário; defesa contra sinistro e defesa civil; saneamento básico; uso do solo metropolitano; gás canalizado; cartografia e informações básicas; preservação ambiental; habitação; rede de saúde; desenvolvimento socioeconômico). Foram incorporadas diretrizes definidas nos planos diretores municipais e nas políticas e programas existentes nos vários órgãos setoriais da administração estadual e federal.

A principal referência para o planejamento metropolitano integrado é a construção de um sentido de *cidadania metropolitana* que contribua para um processo de integração socioespacial entre os 34 municípios, implicando maior coesão entre estes, a sociedade civil e o governo estadual, articulando a RMBH com o espaço estadual e fortalecendo seu papel como centro de comando do Estado de Minas Gerais.

A inclusão e empoderamento de municípios e populações fragilizadas implicam a articulação dos vários projetos, como também uma *inversão de prioridades metropolitanas* para políticas e investimentos públicos, privilegiando o fortalecimento das periferias, o reenvolvimento das populações com suas culturas e práticas socioespaciais e a valorização das várias identidades da Região Metropolitana.

Impõe-se, assim, a necessidade de construir um *Novo Pacto Metropolitano*, qual seja, um pacto de inclusão e de produção de um espaço mais integrado social, econômica e culturalmente, que seja capaz de fomentar um sentido coletivo de cidadania metropolitana e que contribua efetivamente para o fortalecimento da RMBH.

As várias ações e proposições de políticas e programas que deverão compor o primeiro rol de investimentos e de políticas públicas para a RMBH deverão contemplar as muitas realidades diferenciadas, em suas múltiplas escalas, tanto internamente à Região – implicando arranjos intermunicipais, identidades sub-regionais e articulações locais supra-municipais – quanto externamente.

O PDDI-RMBH foi inicialmente estruturado a partir de um Núcleo de Coordenação e de equipes aglutinadas em torno de áreas temáticas. O Núcleo de Coordenação foi composto por: Coordenação Geral, Coordenação Territorial e Coordenação para Concertação Institucional, além de três Coordenações de Núcleos Temáticos de Desenvolvimento – Econômico, Social e Ambiental. Duas Subcoordenações Operacionais reuniram ações e informações centrais para o trabalho em dois sistemas – Informações e Comunicações; e Mobilização Social e Organização Local. Além disso, foi criada uma Gerência Operacional.

Foram, a princípio, definidas dez Áreas Temáticas Transversais de caráter supra-setorial, que perpassaram os Núcleos Temáticos de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental, com um enfoque transdisciplinar e buscando uma integração entre as tradicionais áreas de atuação setorial. Essas áreas reuniram os temas prioritários que foram listados de forma isolada no Termo de Referência que orientou a proposta.

Na etapa dos diagnósticos que compuseram os Estudos Setoriais, os esforços se centraram nas dez áreas temáticas transversais. Na segunda etapa, iniciada após o Seminário 1, os Núcleos Temáticos de Desenvolvimento – Econômico, Social e Ambiental – passaram a ter papel central, identificando e explorando as presenças e múltiplas articulações temáticas (transversais) e garantindo a inserção das três abordagens macro-setoriais em todas as dimensões do trabalho, cabendo a articulação geral às dimensões territorial e de concertação institucional.

Além dessa integração, foram definidos Estudos Complementares que, por sua importância e/ou contemporaneidade, exigiram um esforço específico por não estarem inteiramente cobertos nas Áreas Temáticas Transversais: a questão fiscal e do financiamento; os impactos das mudanças climáticas; o perfil epidemiológico e o impacto dos grandes equipamentos de saúde pública. Foram também realizadas Análises Espaciais referentes à

projeção da expansão da mancha urbana da RMBH; à identificação de vocações e conflitos de interesse na ocupação do território metropolitano; ao potencial geológico de ocupação do território e ao potencial de interação entre as centralidades e o sistema viário.

O território e sua institucionalização são os elementos centrais do Plano Metropolitano, em torno dos quais as propostas de políticas e programas devem se integrar para tratar das oportunidades e problemas identificados na escala e âmbito metropolitanos.

A necessidade de buscar um grau ainda maior de integração e transdisciplinaridade levou à definição dos Eixos Temáticos Integradores (ETIs) para orientar as políticas e programas do PDDI-RMBH: Urbanidade, Acessibilidade, Segurança e Sustentabilidade.

O sentido da **Urbanidade** é o elemento que nos parece melhor responder ao que significa ser cidadão em uma região urbanizada e integrada metropolitanamente, trazendo o “direito à cidade” como fato central da cidadania metropolitana. Trata-se, portanto, de garantir o direito a uma vida integral e plena de oportunidades, caracterizada pelas dimensões, diferenças e diversidades próprias de uma região ampla que se urbaniza e se articula à grande metrópole estadual.

O acesso efetivo e democrático aos serviços urbanos e sociais básicos, assim como as condições de ir e vir, trafegando nas várias escalas metropolitanas, garantindo uma vida coletiva capaz de equacionar questões da saúde, de educação, dos movimentos metropolitanos, da vida cotidiana, enfim, o “acesso à cidade metropolitana” entendido como um desejo fundamental foi claramente expresso nas cinco Oficinas do Ciclo A. Assim, a **Acessibilidade** define outro eixo temático integrador.

A segurança pública na vida cotidiana tem também sido sempre expressa como um desejo fundamental na cidade contemporânea, cada vez mais permeada de violências e conflitos. Entretanto, não se trata apenas desse tipo de segurança, mas também da segurança nas suas dimensões básicas: alimentar, posse da terra e da moradia, trabalho e renda. Aqui, novamente, a questão da cidadania se manifesta com radicalidade: a **Segurança**, tomada em seu sentido amplo, responde pela necessária assistência do Estado e da própria sociedade aos seus membros, como também ao sentido de sossego, de paz de espírito, de garantia de uma vida plena e assistida a todos os cidadãos.

Finalmente, um quarto eixo se impõe por sua contemporaneidade e sua força, capaz de redefinir os paradigmas atuais: a **Sustentabilidade**. Refere-se à questão ambiental, certamente, mas também à sustentabilidade econômica e social, e à sustentabilidade política e

cultural. Trata-se, enfim, da continuidade e do fortalecimento dos processos diversificados que asseguram uma vida coletiva mais rica, presente e futura.

A partir das discussões nos Ciclos B e C das Oficinas Públicas, as propostas foram reunidas em 23 políticas ligadas diretamente aos quatro Eixos Temáticos Integradores, acrescidas de duas políticas na dimensão estruturante da Territorialidade, e três políticas na dimensão estruturante da Institucionalidade, perfazendo assim um total de 28 (vinte e oito) políticas.

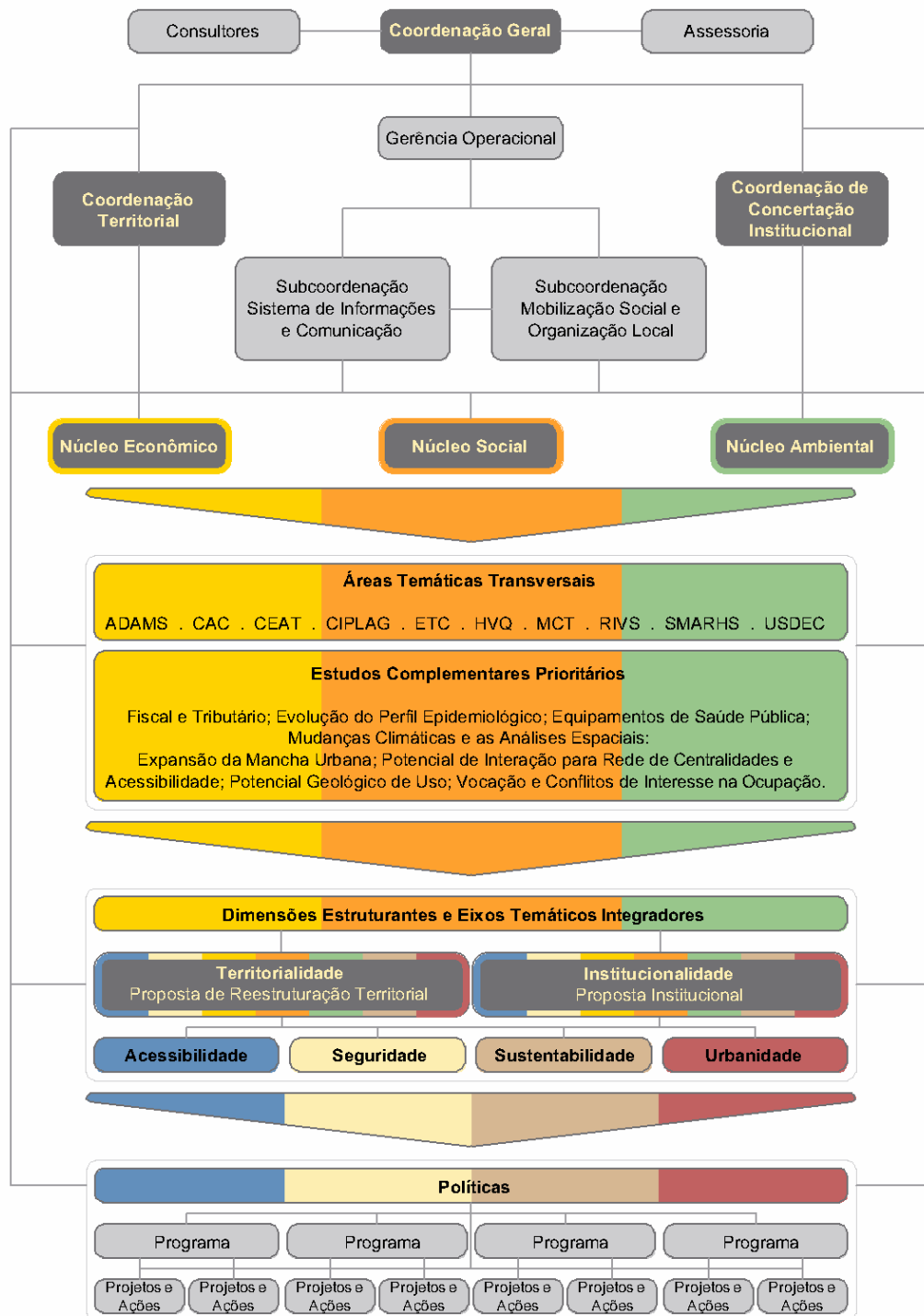
Cada Política contém um conjunto de programas e ações concertadas, que deverão ser desenvolvidos e detalhados, em níveis diferenciados, ao longo do processo de planejamento.

Seguem-se, na apresentação deste Resumo Executivo do PDDI-RMBH:

- a proposta de reestruturação territorial metropolitana e suas duas políticas complementares, que integram a Dimensão Estruturante da Territorialidade;
- os quatro Eixos Temáticos Integradores e suas respectivas Políticas, que perfazem um total de vinte e três políticas;
- a proposta institucional e suas três políticas complementares, que integram a Dimensão Estruturante da Institucionalidade.

As propostas aqui apresentadas significam, como mencionado inicialmente, o marco inicial de um processo de planejamento que, espera-se, está se implantando de forma perene e regular na RMBH. Representam um universo de questões e ações, discutidas o mais amplamente possível com a sociedade e o poder público, durante cerca de 15 meses, tempo definido para elaboração deste Plano Metropolitano. As universidades envolvidas nesse processo se sentem privilegiadas por terem podido contribuir de forma abrangente e efetiva para a melhoria das condições de vida metropolitana na RMBH.

QUADRO GERAL DE ORGANIZAÇÃO DO PDDI -RMBH



2 PROPOSTA DE REESTRUTURAÇÃO TERRITORIAL METROPOLITANA

Apresenta-se aqui a proposta de **reestruturação territorial da RMBH**, que tem 2023 como referência temporal de médio prazo, e 2050 como horizonte de longo prazo¹. O olhar estrutural de médio e longo prazo ultrapassa a busca operacional de soluções imediatas para os prementes problemas que afligem a comunidade metropolitana, e procura ser um referencial para, em grandes linhas, guiar a ação dos entes públicos e privados e da sociedade civil no sentido da construção de uma RMBH mais dinâmica, igualitária e sustentável. A proposta busca dar um norte intencional para o destino da metrópole das próximas décadas, buscando antecipar-se aos desafios e demandas sociais futuros, levando-se em consideração as potencialidades e particularidades da RMBH. Sua concretização implica num maior grau de intervenção e regulamentação do poder público sobre a dinâmica econômica e sobre os mercados imobiliários, assim como num aumento substancial dos investimentos públicos no provimento daquelas infra-estruturas urbanas indispensáveis a uma melhor articulação e estruturação do território da RMBH. Por fim, ela desdobra-se em duas políticas estruturantes, a **Política Metropolitana Integrada de Centralidades em Rede** e a **Política Metropolitana Integrada de Regulação do Uso e da Ocupação do Solo**.

O conjunto de estudos setoriais e estudos complementares elaborados para o PDDI apontou as seguintes tendências gerais para a dinâmica territorial da RMBH em curso: recrudescimento das desigualdades socioespaciais e do modelo centro-periferia de estruturação territorial; crescente perda de mobilidade urbana, associada ao favorecimento do transporte privado em detrimento do transporte público coletivo, à falta de integração das

¹ Esta proposta incorpora uma série de contribuições externas ao PDDI, das quais as mais significativas são a *Proposta de Estruturação Territorial Metropolitana* elaborada pelo Colegiado Metropolitano, os estudos e diagnósticos realizados pelo Instituto Horizontes para o *Plano Estratégico da Grande Belo Horizonte*, e o *Plano Macro-Estrutural do Vetor Norte da RMBH*, elaborado pela JURONG Consultants para a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (SEDE). A proposta baseou-se também nas Macro-Diretrizes para o Planejamento Metropolitano da RMBH, elaboradas pela Assembléia Metropolitana: “... a **reorganização territorial** é considerada estratégica para a definição do caráter do PDDI para a RMBH. Pressupõe-se o sistema viário e de transporte como componente **indutor da ocupação e do uso do solo**, com uma **mobilidade metropolitana organizada em rede**, que dissemine ao máximo no território o acesso às oportunidades de desenvolvimento. Propõe-se o estímulo à criação de **novas centralidades micro-regionais** e a **habitação como uso estruturante** na metrópole, dentre outras intervenções no espaço metropolitano que possibilitem a redução das desigualdades socioespaciais, princípio primeiro de gestão metropolitana segundo a Lei 88/2006” SEDRU. **Termo de referência para contratação de serviços técnicos especializados para elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado – PDDI da RMBH**. Secretaria Estadual de Desenvolvimento Regional e Política Urbana/Subsecretaria de Desenvolvimento Metropolitano, 2009, p. 9.

políticas de transporte, e à orientação predominantemente rádio-concêntrica do sistema viário metropolitano; grande estoque de lotes vagos por toda a RMBH e em áreas periféricas mal dotadas de infra-estrutura e equipamentos urbanos; assim como de domicílios vagos ou subutilizados em áreas centrais; dispersão dos loteamentos de alta renda exclusivamente residenciais (usualmente fechados), e altamente dependentes do uso do automóvel; adensamento e verticalização excessivos em áreas de maior valorização imobiliária com agravamento dos impactos no trânsito e das condições ambientais e paisagísticas; agravamento dos conflitos entre os diversos usos do solo, como parcelamento do solo, usos rurais, mineração, habitação, preservação de mananciais, destinação final de resíduos sólidos, e áreas de preservação permanentes; manutenção da excessiva concentração da oferta de serviços públicos e privados no núcleo central de Belo Horizonte; expansão da exploração minerária e dos setores metalúrgico e siderúrgico na RMBH e no seu entorno, com impactos ambientais consideráveis; tendência de manutenção dos investimentos privados nos municípios já dotados de infra-estrutura ou com base de recursos naturais exploráveis.

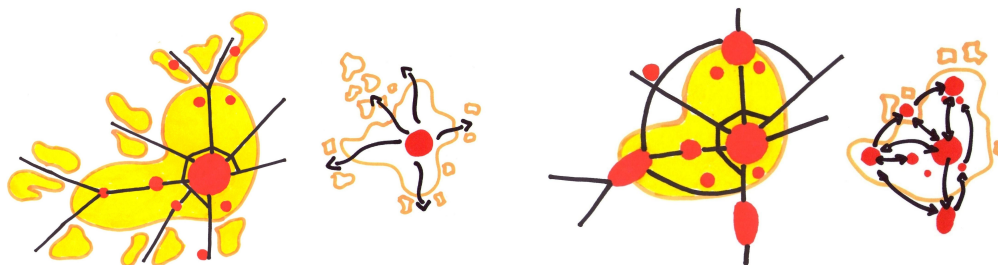
A proposta de reestruturação territorial da RMBH visa criar as condições para a implementação de uma estratégia de *descentralização concentrada e seletiva*, para que se passe de uma *estrutura monocêntrica*, com um sistema de transporte radial e convergente para um único centro, para uma *estrutura policêntrica*, organizada em torno de uma rede de mobilidade multi-modal (**Figura 1**). A descentralização proposta não implica, todavia, na continuidade da insustentável extensão da mancha urbana para além dos limites já alcançados, mas no adensamento e intensificação de usos internos à mesma, principalmente no entorno das centralidades e ao longo dos principais eixos de transporte. A redução das desigualdades socioespaciais passa necessariamente pela transformação da RMBH numa *metrópole policêntrica e mais compacta*, em oposição a um crescimento extensivo ou contínuo da mancha urbana do tipo centro-periferia, prevalecente até hoje.

Para tanto, apóia-se nas seguintes proposições, expressas por meios de algumas políticas específicas: **Criação e/ou fortalecimento de centralidades urbanas em rede**²: promoção de melhor distribuição e descentralização do emprego, do comércio e dos serviços

² Considera-se **centralidade** como uma área urbana com alta densidade econômica, forte heterogeneidade de usos, grande complexidade funcional e adensamento residencial, e caracterizada pela concentração diversificada de emprego, comércio e serviços públicos e privados, assim como pela acessibilidade privilegiada. Além disso, as centralidades devem servir ao fortalecimento das identidades metropolitanas e da vida urbana, através do provimento de espaços públicos e equipamentos de lazer e culturais qualificados.

públicos e privados, redução da dependência em relação ao núcleo central de Belo Horizonte, criação de oportunidades de desenvolvimento para áreas periféricas; **Rede metropolitana de mobilidade intermodal eficiente e de baixo impacto ambiental:** melhoria das possibilidades de articulação e deslocamento entre as várias porções da RMBH, complementação do sistema viário existente, recuperação e complementação da malha ferroviária existente para transporte de passageiros, e expansão do metrô para a área densamente conurbada da RMBH; **Intensificação do uso do espaço urbano** existente, a partir da recuperação de edificações e áreas degradadas, aproveitamento de vazios urbanos e parcelamentos vagos, abertura de áreas verdes, novas centralidades e espaços públicos; **Contenção da expansão urbana periférica** e redução da pressão sobre as áreas verdes, áreas rurais e ambientalmente protegidas, com valorização e proteção das áreas destinadas à produção agropecuária e artesanal, e estímulo a atividades produtivas sustentáveis e criativas nas áreas de fronteira rural/urbana; **Ampliação das áreas permeáveis urbanas**, restauração e revitalização de cursos d'água, controle da expansão imobiliária, industrial e minerária sobre áreas de interesse para abastecimento e conservação da biodiversidade; **Consolidação de um marco regulatório para o uso e ocupação do solo**, que expresse as políticas de reestruturação territorial do PDDI, possibilitando que os municípios e o sistema de planejamento metropolitano possam exercer seu papel regulador nas disputas pelo espaço metropolitano, fazendo prevalecer o interesse coletivo metropolitano.

Figura 1 - MetrÓpole Monodispersa X Policompacta



A rede de centralidades proposta deve configurar uma nova hierarquia urbana na RMBH, conforme apresentado a seguir (**Figura 2**): **MetrÓpole:** trata-se do centro metropolitano principal, consolidado no hipercentro de Belo Horizonte e na Savassi, já alcançando, a partir das avenidas Raja Gabaglia e N. Senhora do Carmo, a região do

Belvedere na capital e do Vale do Sereno em Nova Lima; **Centros metropolitanos:** correspondem às novas centralidades propostas - Oeste (Betim), Norte (Ribeirão das Neves) e Sul (Nova Lima) - devendo se estruturar em torno de quatro pilares: o uso residencial em grande quantidade e densidade, incluindo a habitação de interesse social; a ligação com as economias industriais em seu entorno; um forte aspecto cultural e identitário; e a interligação em rede com outras centralidades através de estações da rede de mobilidade multi-modal *dentro* desses novos centros; **Sub-centros metropolitanos:** têm a mesma função dos centros metropolitanos, porém com menor adensamento e grau de polarização, dando apoio aos centros metropolitanos em áreas relativamente distantes destes. Foram selecionados como possíveis sub-centros metropolitanos: Venda Nova (Belo Horizonte) articulada ao São Benedito (Santa Luzia) e ao Morro Alto (Vespasiano), Barreiro (Belo Horizonte) articulado ao Eldorado (Contagem), Sabará, Jardim Canadá (Nova Lima), e um novo centro Leste, em Ravena (Sabará); **Centros micro-regionais:** constituem um nível intermediário entre os sub-centros e os centros locais, cumprindo um papel de polarização para além do nível local, articulando, por exemplo, um conjunto de bairros e de municípios vizinhos menores; **Centros locais:** correspondem às centralidades de menor nível, correspondentes a muitas das sedes dos municípios menos populosos da RMBH, e que servem como centros de apoio ao meio rural, e vêm passando por processos de transformação ligados à extensão da urbanização por sobre estas áreas rurais. Estes centros de nível local, somados aos micro-regionais, são contemplados pelo **Programa de Apoio à Rede de Centros Micro-Regionais e Locais**, da **Política de Centralidades em Rede**.

Os **eixos de estruturação metropolitana**³ (Figura 2) configuram áreas em torno das principais vias estruturantes de ligação da RMBH com outras regiões do estado e do país, onde se localizam grandes equipamentos de infra-estrutura, áreas industriais, usos de grande porte ligados ao setor terciário e outros equipamentos, e formas de ocupação ao longo dos eixos, que se localizam de forma mais espalhada no território. A presença de atividades econômicas de alto valor agregado e alto potencial de geração de emprego e renda na escala dos eixos potencializa o crescimento das centralidades ali localizadas. Os eixos também têm a

³ Os eixos de estruturação metropolitana foram pensados a partir de uma concepção de uso e ocupação do solo proposta pelo *Plano Macro-Estrutural do Vetor Norte da RMBH*, elaborado pela Jurong Consultants para a SEDE – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, chamado naquele documento de “corredor de desenvolvimento”, e com orientações semelhantes em relação à localização de equipamentos e usos, à função das centralidades como nós articuladores destes corredores e da infra-estrutura a ser provida nessas áreas.

função de direcionar o crescimento da metrópole, promovendo a interligação com as áreas de vacância fundiária crítica que se desejam adensar ou dar alguma destinação adequada.

Identifica-se o entorno do futuro Anel Viário de Contorno Norte como um eixo de estruturação metropolitana diferenciado, a partir da *Proposta de Estruturação Territorial Metropolitana*, elaborada pelo Colegiado Metropolitano. Diante do inevitável potencial transformador do Rodoanel sobre o uso do solo no seu entorno, e o seu poder de atração sobre a expansão urbana, é desejável pensar num adensamento seletivo do seu entorno, resguardadas as áreas de proteção ambiental, e garantidas as condições para uma inserção urbana da via que não reproduza a situação dramática do atual Anel Rodoviário.

Para além das centralidades e dos eixos, propõe-se a utilização da categoria de **Lugar Metropolitano**⁴. Parte-se do entendimento do Lugar Metropolitano enquanto um espaço dotado de significativo valor simbólico, cultural, histórico e conformador de identidade(s) para a coletividade metropolitana. Deve-se buscar conceber estratégias específicas de conservação, requalificação, dinamização, divulgação, sinalização, facilitação do acesso, dentre outras medidas necessárias para que os Lugares Metropolitanos venham a desempenhar um potencial de disseminação pelo território metropolitano de novas oportunidades de desenvolvimento local, assim como contribuir para que os mesmos possam se assentar no imaginário coletivo como referências simbólicas para os cidadãos metropolitanos. A **Figura 3** apresenta algumas áreas e lugares com potencial para tornarem-se **Lugares Metropolitanos** – tais como localidades e centros históricos, parques instituídos, equipamentos de uso coletivo, represas e lagoas, áreas verdes e preservadas, serras, bairros reconhecidos etc. –, associados aos CAC's e aos seus respectivos Complexos Locais.

⁴ Os Lugares Metropolitanos propostos articulam-se ao **Programa de Conformação de Complexos Ambientais e Culturais – CAC's**, contido na **Política Metropolitana Integrada de Gestão da Paisagem e Valorização Cultural**, do **Eixo Urbanidade**.

Figura 2



CENTRALIDADES E EIXOS DE ESTRUTURAÇÃO METROPOLITANA

CENTRALIDADES

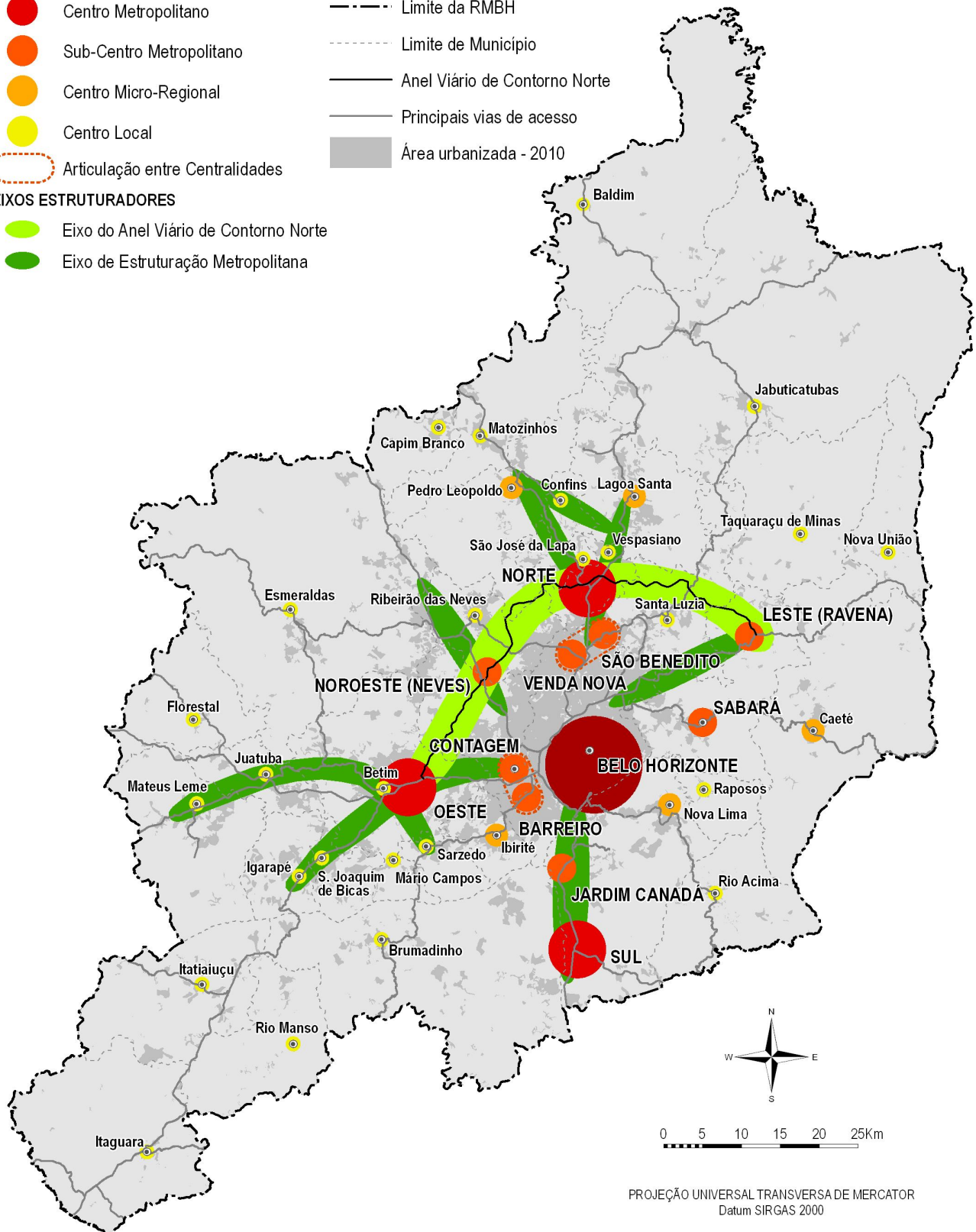
- Metr pole
- Centro Metropolitano
- Sub-Centro Metropolitano
- Centro Micro-Regional
- Centro Local
- Articula o entre Centralidades

BASE CARTOGRÁFICA

- Sede de Munic pio
- Limite da RMBH
- Limite de Munic pio
- Anel Viário de Contorno Norte
- Principais vias de acesso
- rea urbanizada - 2010

EIXOS ESTRUTURADORES

- Eixo do Anel Viário de Contorno Norte
- Eixo de Estrutura o Metropolitana







PROJE O UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCATOR
Datum SIRGAS 2000

FONTES: PDDI
ELABORA O: Equipe PDDI
DEZEMBRO - 2010

Figura 3





COMPLEXOS AMBIENTAIS CULTURAIS - CACs, COMPLEXOS LOCAIS E LUGARES METROPOLITANOS

-  Complexos Locais
 -  Lugares Metropolitanos
- CACs**
-  Cipó - Velhas
 -  Carste
 -  Centro Metropolitano
 -  Baía do Médio Paraopeba
 -  Quadrilátero Ferrífero

COMPLEXOS LOCAIS

- 1 - Serra da Moeda
- 2 - Parque Estadual Serra do Rola Moça
- 3 - Serra do Gandarela
- 4 - Ruralidade do Carste
- 5 - Serra do Curral
- 6 - Serra da Piedade
- 7 - Várzea das Flores
- 8 - Pampulha
- 9 - Hipercentro/Savassi
- 10 - Serra do Elefante
- 11 - Paraopeba Rural
- 12 - Serra Azul
- 13 - Sumidouro/Ribeirão da Mata
- 14 - Águas de Nova União e Taquaraçu
- 15 - Jaboticatubas Eco-Cult

BASE CARTOGRÁFICA

-  Limite da RMBH
-  Limite de município
-  Hidrografia
-  Represas_RMBH

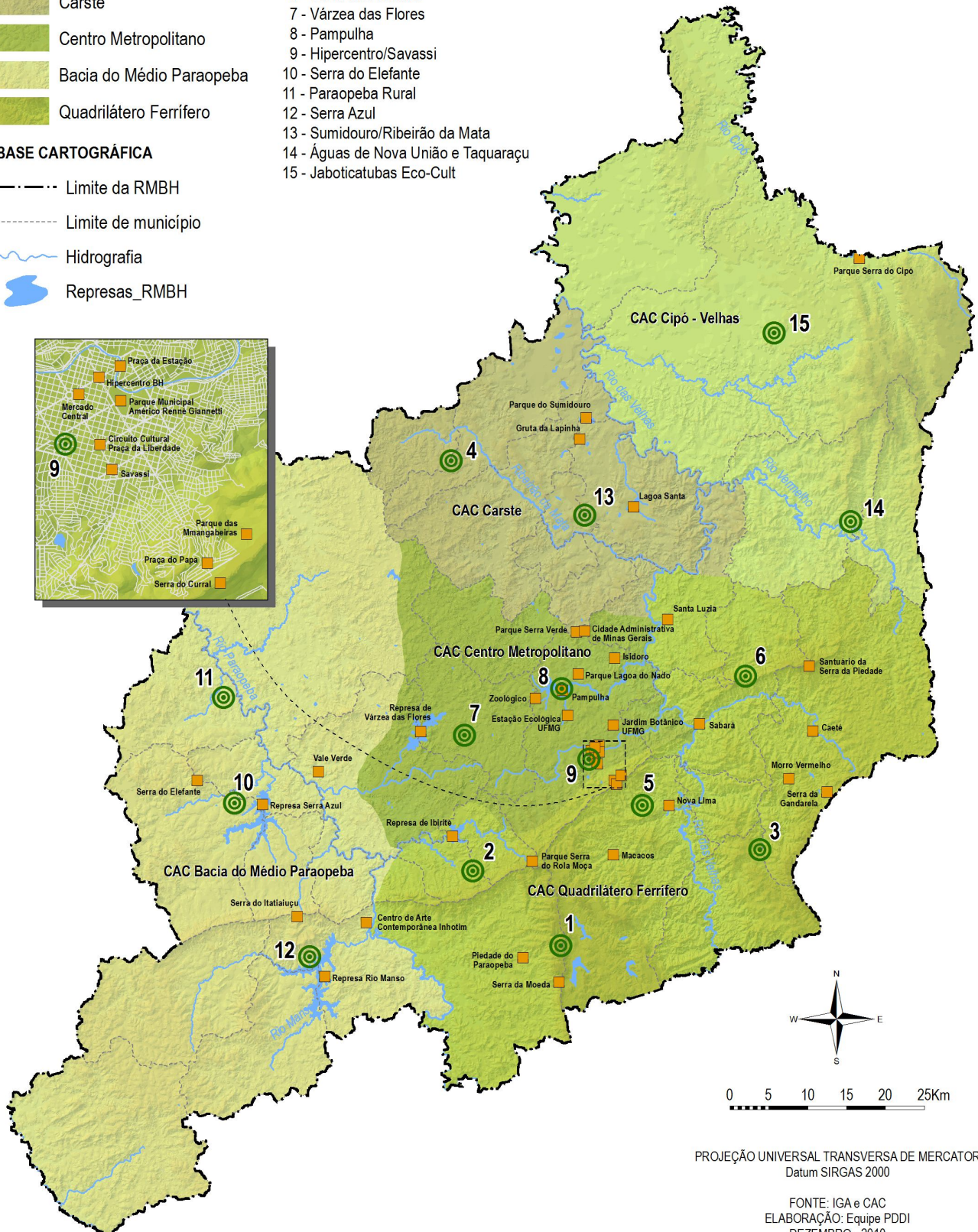
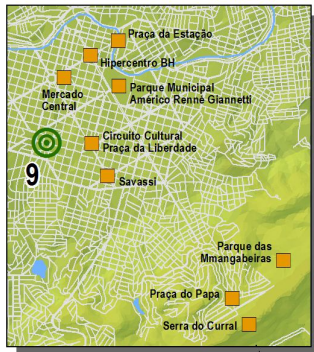
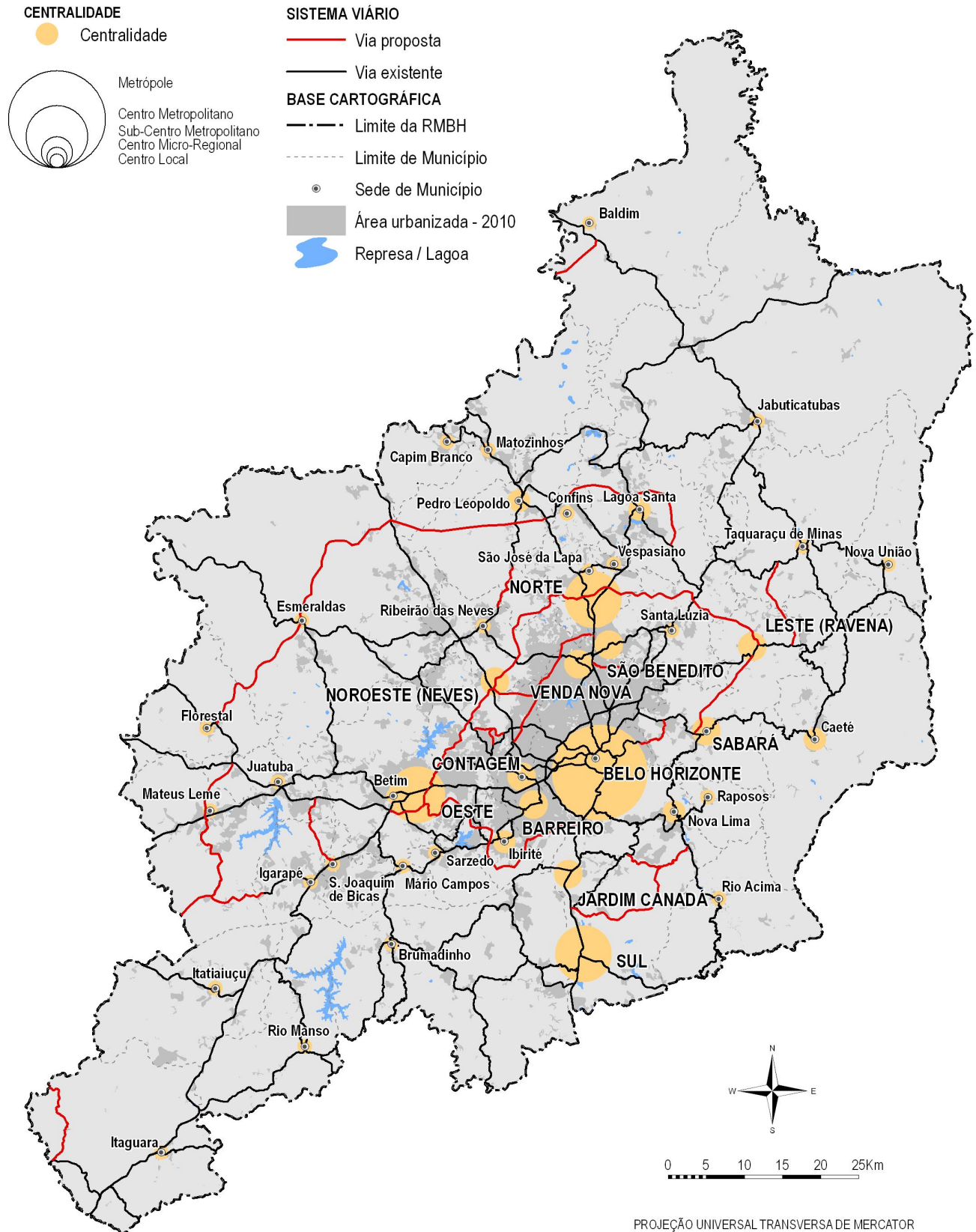


Figura 4

CENTRALIDADES E SISTEMA VIÁRIO DE ÂMBITO METROPOLITANO



PROJEÇÃO UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCATOR
Datum SIRGAS 2000

FONTE: DER-MG, DNIT, Prefeituras, SIRUS
ELABORAÇÃO: Equipe PDDI
DEZEMBRO - 2010

A proposta de uma rede integrada de mobilidade metropolitana pautou-se pela necessidade de criar novas articulações e fortalecer as ligações já existentes entre as centralidades e as diversas porções da RMBH. Torna-se necessário criar articulações viárias que reduzam a necessidade de acessar o núcleo central da capital, além de promover o fortalecimento de novas centralidades. A distribuição viária radial deve ser rompida em prol de uma estrutura em rede, que, além de promover a integração das diversas centralidades à metrópole, também crie uma articulação entre elas. A **Figura 4** apresenta a rede de centralidades associada às propostas do sistema rodoviário de âmbito metropolitano.

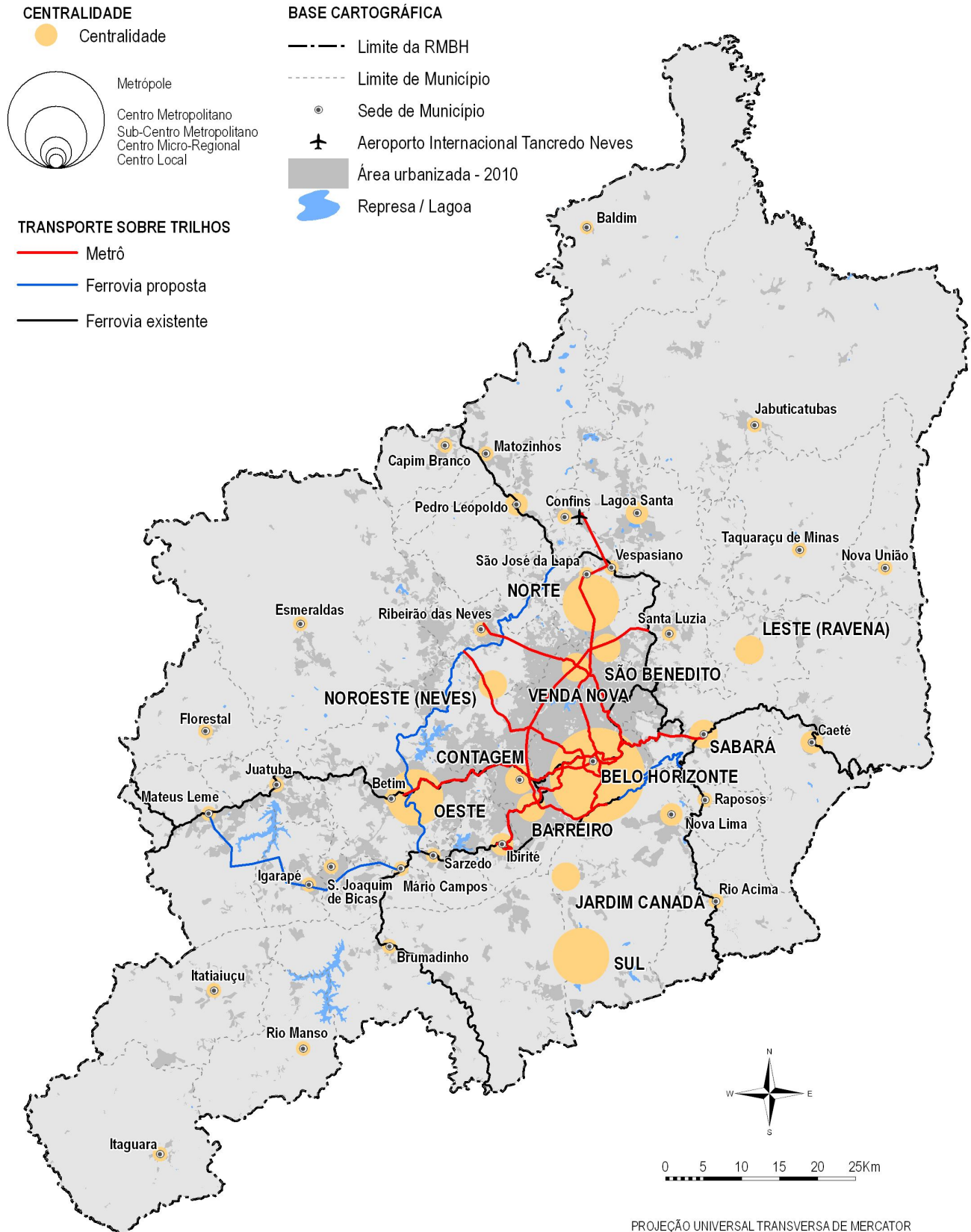
A RMBH é um importante entroncamento ferroviário nacional, e a extensa malha existente corta a região de leste a oeste e de noroeste a sul, passando pela área central de Belo Horizonte e atingindo 20 dos municípios da Região Metropolitana. As três concessionárias privadas que fazem uso dessa malha – FCA, MRS e EFVM – trabalham predominantemente com transporte de carga, e alguns trechos da malha ferroviária encontram-se hoje desativados ou abandonados. Por atender à grande parte dos municípios da RMBH, é fundamental pensar o resgate desta rede para o transporte intermunicipal e regional de passageiros, antes realizado pelos chamados “trens de subúrbio”.

A proposta de uma rede metropolitana de transporte sobre trilhos foi formulada a partir da rede ferroviária existente e de uma compilação de propostas já elaboradas, acrescida de prolongamentos e novas ligações que buscam criar uma rede metropolitana de transporte sobre trilhos mais integrada e abrangente. As linhas propostas procuram atender às principais centralidades da RMBH, existentes e propostas, buscando articulações ainda não existentes e proporcionando seu desenvolvimento. A **Figura 5** apresenta a rede de centralidades associada às propostas da rede metropolitana de transporte de passageiros sobre trilhos.

Figura 5



CENTRALIDADES E REDE METROPOLITANA DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS SOBRE TRILHOS



PROJEÇÃO UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCATOR
Datum SIRGAS 2000

FONTE: GeoMINAS, IGA
ELABORAÇÃO: Equipe PDDI
DEZEMBRO - 2010

2.1 POLÍTICAS DA DIMENSÃO ESTRUTURANTE TERRITORIALIDADE

As duas políticas a seguir são parte dos fundamentos básicos da dimensão estruturante de Territorialidade do PDDI. Elas foram concebidas como desdobramentos da proposta de reestruturação territorial, à qual dão operacionalidade e concretude.

2.1.1 POLÍTICA METROPOLITANA INTEGRADA DE CENTRALIDADES EM REDE

Essa Política visa fortalecer uma rede metropolitana de centralidades, em contraposição à excessiva concentração urbana no núcleo central de Belo Horizonte. Busca-se assim: a) promover uma melhor distribuição e descentralização do emprego, do comércio, dos equipamentos de uso coletivo e dos serviços públicos e privados no território metropolitano; b) reduzir a dependência em relação ao núcleo central de Belo Horizonte e a necessidade de deslocamentos de longa distância; c) e criar novas oportunidades de desenvolvimento sócio-econômico, cultural e de lazer para áreas e municípios periféricos da RMBH.

Considera-se centralidade como uma área urbana com alta densidade econômica, forte heterogeneidade de usos, grande complexidade funcional e adensamento residencial, e caracterizada pela concentração diversificada de emprego, comércio e serviços públicos e privados, assim como pela acessibilidade privilegiada. Além disso, as centralidades devem servir ao fortalecimento das identidades metropolitanas e da vida urbana, através do provimento de espaços públicos e equipamentos de lazer e culturais qualificados.

A implementação de novas centralidades, bem como o reforço às centralidades existentes, requer diversas ações integradas do poder público, tais como: localização estratégica de equipamentos de alcance metropolitano; provisão de serviços e espaços públicos diversificados; incremento de acessibilidade por diversos modos de transporte; provisão de infra-estrutura básica e produtiva; recuperação da valorização imobiliária privada

decorrente do investimento público, para financiamento da infra-estrutura de suporte exigida; incentivo à instalação de empreendimentos de serviços avançados e atividades produtivas modernas no seu entorno; adequações nas legislações municipais de uso e ocupação do solo; uso dos instrumentos de política urbana previstos no Estatuto da Cidade; e preparação de planos urbanos locais e participativos para qualificação dos centros existentes e urbanização planejada das áreas selecionadas como novas centralidades na RMBH.

Os quatro programas propostos pela Política Metropolitana Integrada de Centralidades em Rede são:

- Programa de Criação e Fortalecimento da Rede de Centros Metropolitanos;
- Programa de Requalificação de Áreas Centrais;
- Programa de Apoio à Rede de Centros Micro-regionais e Locais;
- Programa de Monitoramento da Rede de Centralidades e da Dinâmica de Desconcentração Urbana na RMBH.

2.1.2 POLÍTICA METROPOLITANA INTEGRADA DE REGULAÇÃO DO USO E DA OCUPAÇÃO DO SOLO

Esta Política tem por objetivo a consolidação de um marco regulatório para o uso e ocupação do solo, que expresse as políticas de reestruturação territorial e a territorialização das propostas do PDDI, possibilitando que os municípios e o sistema de planejamento metropolitano possam exercer seu papel regulador nas disputas pelo espaço metropolitano, fazendo prevalecer o interesse coletivo metropolitano.

A Política surge também da necessidade de compatibilização das políticas municipais a partir de uma visão integrada de território metropolitano. Temas como o tratamento das zonas de fronteira, de áreas lindeiras ao sistema viário principal proposto, das áreas de influência das novas centralidades e grandes equipamentos, das zonas de proteção de mananciais dentre outras, são claramente de interesse comum. Neste mesmo sentido, o controle do uso e da ocupação do solo através de *ações que assegurem a utilização do espaço metropolitano sem conflitos e sem prejuízo à proteção do meio ambiente (artigo 8. Inciso da*

Lei Complementar 89/2006) enquadra-se entre as Funções Públicas de Interesse Comum que integram o arcabouço legal do planejamento e gestão metropolitanos. A criação do Sistema Integrado de Regulação do Uso do Solo – SIRUS – pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana já representa a materialização inicial desta idéia, na medida em que todos os zoneamentos municipais definidos pelos respectivos planos diretores e leis de ocupação e uso do solo foram representados em conjunto segundo uma única legenda, possibilitando a visualização e a análise da compatibilidade entre zonas no contexto metropolitano.

A superposição da rede de centralidades ao conjunto de zoneamentos municipais em vigor informa a necessidade de compatibilização das respectivas zonas e padrões de uso e ocupação às diretrizes do PDDI. O mesmo ocorre no caso das áreas lindeiras aos grandes eixos viários existentes e propostos e no entorno de equipamentos de alcance metropolitano.

Os quatro programas propostos pela Política Metropolitana Integrada de Regulação do Uso e da Ocupação do Solo são:

- Programa Integrado do Macrozoneamento Metropolitano;
- Programa de Regulação do Uso e da Ocupação do Solo;
- Programa de Apoio à Elaboração e Revisão das Legislações Municipais;
- Programa de Apoio à Regularização Fundiária Sustentável.

3 EIXOS TEMÁTICOS INTEGRADORES: POLÍTICAS E PROGRAMAS

3.1 EIXO ACESSIBILIDADE

A Região Metropolitana de Belo Horizonte é marcada por desigualdades diversas nas condições e meios de acesso a uma variedade de serviços, equipamentos e centralidades essenciais ao pleno exercício da cidadania e bem-estar de sua população. Estas disparidades são expressão do histórico recrudescimento da concentração espacial das atividades produtivas, especialmente em sua porção central, assim como pela distribuição assimétrica da população, cada vez mais forçada a ocupar espaços periféricos, sem as condições mínimas de habitação.

De fato, a estrutura espacial da RMBH é demasiadamente polarizada pelo núcleo central de Belo Horizonte, inibindo o fortalecimento e surgimento de centralidades sub-regionais ou de nível intermediário. O planejamento metropolitano deverá buscar, entre suas diretrizes, a desconcentração das atividades econômicas e dos equipamentos públicos, induzindo a localização em centralidades que ainda podem se fortalecer ou apontando para a necessidade de se criar outras novas. Esta é uma meta de amplo alcance, uma vez que conformará o suporte territorial para uma série de ações em várias áreas e setores, por exemplo, promovendo uma regionalização compartilhada entre os serviços de saúde, educação, esporte e lazer, cultura e desenvolvimento social; bem como uma requalificação urbanístico-ambiental.

Dada a complexidade e abrangência que permeiam estes temas, as condições de interação entre as pessoas ainda são inadequadas: entre elas e as instituições, os serviços públicos, a moradia, enfim, o seu ambiente urbano. Por isso, o eixo Acessibilidade integra políticas e programas que têm em comum a busca pela ampliação das condições e meios de acesso a uma variedade de serviços, equipamentos e centralidades da RMBH. Para que a acessibilidade seja plena é preciso melhorias em vários aspectos, que vão desde os deslocamentos no território metropolitano até a disponibilidade das Tecnologias da Informação e Conhecimento, passando pela moradia digna e pelos serviços de saúde e assistência social.

3.1.1 POLÍTICA INTEGRADA DE MOBILIDADE METROPOLITANA

A RMBH é caracterizada por assimetrias em seu território, demográficas, econômicas e na consolidação de centralidades, uso do solo, disponibilidade de bens, serviços e informações. O histórico fortalecimento da concentração espacial das atividades e equipamentos restringe a satisfação das necessidades básicas da população, impedindo o pleno exercício da cidadania metropolitana. Esta concentração foi acentuada, historicamente, pelo sistema viário rádio-concêntrico e pelos investimentos em infra-estrutura e equipamentos que privilegiam as regiões centro-sul e oeste. Estes problemas são agravados pela reprodução e manutenção de precariedades nos serviços prestados pelas modalidades coletivas de transportes públicos e pelo uso crescente do transporte privado, resultando em espacialidades urbanas antagônicas, divergentes e desiguais. A concepção dos espaços públicos, sobretudo nas áreas centrais, tem privilegiado os modos individuais, em detrimento dos modos coletivos e não-motorizados.

A Política Integrada de Mobilidade Metropolitana propõe esforços no sentido de dinamizar a integração territorial da RMBH e fortalecer a estrutura metropolitana em rede, com o objetivo de ampliar as condições de acessibilidade, especialmente da população de baixa renda, inclusive aos espaços naturais e de lazer, aperfeiçoar o sistema viário dos municípios integrantes da região e a rede de transporte público, integrar sistemas de transporte sustentáveis (não motorizados) aos sistemas convencionais, ampliar áreas destinadas à circulação de pedestres, reduzir o uso de veículos privados através do incentivo do uso do transporte coletivo, além de racionalizar e otimizar o transporte de cargas.

- Programa de Adequação e Implantação de Infra-Estrutura Viária;
- Programa de Adequação e Implantação da Infra-Estrutura Ferroviária;
- Programa de Integração do Transporte Público Coletivo;
- Programa de Incentivo ao Transporte Não-Motorizado;
- Programa de Racionalização da Logística Metropolitana de Distribuição Física de Cargas em Belo Horizonte;
- Programa de Integração Institucional e Tarifária de Transportes.

3.1.2 POLÍTICA METROPOLITANA INTEGRADA DE DIREITO AO ESPAÇO COTIDIANO: MORADIA E AMBIENTE URBANO

A habitação é uma função pública de interesse comum que sofre diretamente os impactos de escala metropolitana produzidos por fenômenos como dinâmica imobiliária, investimentos públicos, grandes empreendimentos produtivos, condições ambientais ou estrutura de transporte e mobilidade, etc. Ao mesmo tempo, a habitação não constitui, em si mesma, um equipamento ou serviço metropolitano que possa ser determinado a partir de um planejamento nessa escala. Pelo contrário, o espaço da moradia e de seu ambiente urbano imediato se define, em grande parte, por características específicas de cada pequena porção do território. Sua qualidade é uma qualidade na escala microlocal. Assim, mais do que projetar este ou aquele modo de vida na metrópole, cabe ao planejamento metropolitano oferecer condições favoráveis para que a menor escala urbana possa se desenvolver com autonomia, articulando-se com diretrizes mais abrangentes, sem ser dominada por elas. Da mesma maneira que o planejamento metropolitano é uma condição para a sustentabilidade socioambiental em grande escala, a autonomia da atuação coletiva na produção do espaço cotidiano é uma condição para a sustentabilidade socioambiental na escala microlocal.

A Política Metropolitana Integrada de Direito ao Espaço Cotidiano: Moradia e Ambiente Urbano foi formulada como um conjunto de programas, projetos e ações interdependentes, que podem criar condições para a autonomia da produção do espaço cotidiano na escala microlocal de uma maneira congruente com a dinâmica metropolitana como um todo. Um aspecto essencial nesse sentido é a implementação de medidas que ponham limites à atuação do setor imobiliário privado sobre o território, a fim de melhorar a qualidade dos espaços cotidianos da RMBH, em especial aqueles ocupados pela população de menor renda, sanando a inadequação habitacional e a precariedade urbana.

- Programa de Regulamentação Metropolitana de Direito ao Espaço Cotidiano;
- Programa de Gestão do Espaço Cotidiano;
- Programa de Intensificação do Uso Social da Cidade;
- Programa de Construção Cooperativa.

3.1.3 POLÍTICA METROPOLITANA DE INTEGRAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE

A formulação de políticas e programas públicos de saúde para a RMBH deve estar inserida no contexto institucional do sistema público de saúde brasileiro e dos princípios que norteiam sua organização. De acordo com a Constituição Federal de 1988, o Sistema Único de Saúde – SUS – tem como princípios básicos a universalidade, equidade e integralidade, e está organizado por meio de uma rede regionalizada, hierarquizada e descentralizada, integrada por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais e, de forma complementar, por entidades de iniciativa privada.

A montagem desta rede vem sendo implementada ao longo destes mais dos vinte anos de vigência do SUS através de uma série de normas operacionais que trataram da regulamentação, organização e gestão do sistema, com vistas a se alcançar os princípios que norteiam o SUS. Estas normas vêm passando por um processo permanente de revisão em prol do aprimoramento do processo de construção do SUS, que tem como grande desafio a descentralização e municipalização das ações e serviços de saúde.

Em 2006 foi lançada uma nova normativa nacional, o Pacto pela Saúde – constituído pelo Pacto pela Vida, o Pacto em Defesa do SUS e o Pacto de Gestão – que apresenta diretrizes e compromissos condensados entre os gestores do SUS nas três esferas de governo, agregando os pactos anteriormente existentes e redefinindo os instrumentos de regulação, programação e avaliação.

A implementação da Política Metropolitana de Integração dos Serviços de Saúde deve partir de um levantamento aprofundado, que inclua informações detalhadas sobre a situação epidemiológica, a infra-estrutura existente e os investimentos já realizados e previstos, possibilitando estabelecer uma escala de prioridades, necessidades de investimentos e programas com o objetivo de aprimorar a organização da assistência à saúde, a qualificação da gestão e do cuidado para a consolidação de uma rede assistencial regionalizada, hierarquizada e resolutiva na RMBH.

- Programa de Estímulo à Integração dos Serviços de Saúde na RMBH.

3.1.4 POLÍTICA METROPOLITANA INTEGRADA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Assistência Social é definida no texto constitucional como política pública componente da Seguridade Social, visando enfrentar a pobreza, garantir os mínimos sociais, prover condições para atender às contingências sociais, promovendo a universalização dos direitos sociais. A metropolização de Belo Horizonte encerra no seu processo de constituição uma série de contradições expressas no ordenamento territorial e social que determinam condições precárias de acesso aos serviços urbanos básicos e ao mercado de trabalho por parte significativa da população. Um elemento típico da urbanização brasileira refere-se ao fato de que o processo acelerado de urbanização foi acompanhado por uma periferização crescente, gerando uma série de pressões sobre os serviços urbanos básicos, como habitação, educação, saúde e saneamento, não contempladas na mesma proporção que o aumento explosivo da população. Nesse contexto crescem a pobreza, o desemprego e a precariedade urbana com velhas e novas concentrações.

Dessa forma, a Política Metropolitana Integrada da Assistência proposta pauta-se pela perspectiva de construção de uma metrópole “pró-pobre”, centrada na dinâmica de “inversão de prioridades” no processo de implementação das políticas públicas em suas múltiplas dimensões, com ênfase em políticas, programas, projetos e ações voltados para os territórios urbanos e rurais pouco estruturados e estratos populacionais vulnerabilizados, para a conformação de uma metrópole solidária e um planejamento socialmente inclusivo. Esta política tem como objetivo reduzir a pobreza e promover a inclusão produtiva das populações pobres e socialmente vulneráveis, a partir da consolidação e expansão de um Sistema de Proteção Social não-contributivo na RMBH e do desenvolvimento de ações integradas, regionalmente, nas áreas de educação, saúde, intervenção urbana e segurança pública, contribuindo para o incremento da estrutura de oportunidades e qualidade de vida da população em situação de risco social.

- Programa de Universalização da Atenção em Assistência Social na RMBH;
- Programa de Desenvolvimento da Tecnologia Social;
- Programa de Gestão Colegiada e Controle Social.

3.1.5 POLÍTICA METROPOLITANA INTEGRADA DE DEMOCRACIA DIGITAL

A “democracia digital” refere-se à experiência da internet e de dispositivos que lhe são compatíveis, voltados para o incremento das potencialidades de participação civil na condução dos negócios públicos. Assim, pode ser entendida como uma tentativa de ampliar a participação política, ao criar condições para que os cidadãos possam estar conectados entre si e com seus representantes, através de novas tecnologias de informação e comunicação, denominadas TICs. Trata-se da possibilidade de participar, com auxílio dessas novas TICs, do processo democrático, sem os limites de tempo, espaço e outros constrangimentos físicos. Assim, esta participação deve ser entendida como complemento e não como substituto das formas tradicionais de participação política. Como experiência, o que a democracia digital deve assegurar é a participação do público nos processos de produção e decisão política, já que o acesso universal às informações públicas, a cidadania, a iluminação digital e o governo eletrônico fazem parte de um conteúdo programático que procura colaborar para o aperfeiçoamento e consolidação da democracia.

O planejamento integrado da RMBH deve, pois, reconhecer que o direito à cidade contemporânea significa também o direito ao conhecimento, informação, cultura, aprendizagem, tecnologia e interação. Só assim a inclusão social e a redução das desigualdades na RMBH serão possíveis. A difusão dos benefícios das centralidades incrustadas no território metropolitano só será plenamente potencializada com a apropriação das TICs, em um meio onde as capacidades de produzir, processar e disseminar o conhecimento para o desenvolvimento abrangem o que muitos denominam de “Sociedade do Conhecimento”. Dessa forma, a Política Metropolitana Integrada de Democracia Digital tem como objetivo ofertar e possibilitar o uso de recursos, informações, serviços, espaços digitais consultivos, deliberativos e decisórios para o exercício pleno da cidadania. Esta política está estruturada em três programas complementares:

- Programa Metropolitano Integrado de Governo Eletrônico;
- Programa de Acesso Universal à Informação;
- Programa de Iluminação Digital na RMBH.

3.2 EIXO SEGURIDADE

Sentir-se seguro é condição básica para uma vida plena. É ter certeza de condições e níveis de vida satisfatórios, sem as vulnerabilidades e os riscos que podem inviabilizar a realização das nossas potencialidades.

O eixo Seguridade integra aspectos econômicos, sociais e ambientais a fim de garantir segurança ao cidadão em várias dimensões: segurança para morar e morar com segurança; segurança contra a violência pessoal e as ameaças à vida; segurança alimentar, saber o quê e quando comer; segurança no emprego e no trabalho, diminuindo a vulnerabilidade - principalmente dos jovens às situações de risco; segurança para ir e vir onde e quando quisermos. Amplia-se, portanto, o conceito de segurança para além do poder de polícia, abrangendo outras situações que possam significar risco e vulnerabilidade para o cidadão.

Entre os temas tratados estão: a minimização da violência/criminalidade através de medidas preventivas, ações integradas e monitoramento constante, no sentido da garantia do respeito aos direitos humanos fundamentais à vida, à igualdade, à segurança, à liberdade e o acesso à justiça; a redução e controle dos riscos provocados pelas relações entre sociedade e natureza relacionadas ao uso e ocupação do solo, ao excesso de emissão de gases tóxicos e gases de efeito estufa, e à contaminação da água; o apoio às atividades agrícolas, com destaque para a agricultura familiar e oferta de alimentos com qualidade a preços acessíveis; a minimização das dificuldades relacionadas à formação e qualificação profissional, considerando a oferta de postos de trabalho, o público potencial, as características dos cursos de formação e qualificação e as questões culturais que podem incidir nesse processo; as possibilidades de fortalecimento e expansão dos empreendimentos em pequena escala que atuam no circuito inferior do sistema econômico da RMBH, com ênfase para a população não absorvida diretamente pelos grandes investimentos previstos para a região.

As políticas do eixo têm, portanto, como objetivo comum, promover condições de seguridade para o cidadão metropolitano, através de sua inserção no processo de desenvolvimento socioeconômico e ambiental da RMBH, minimizando os riscos e vulnerabilidades aos quais, historicamente, vem sendo submetido.

3.2.1 POLÍTICA METROPOLITANA INTEGRADA DE SEGURANÇA PÚBLICA

As crescentes taxas de criminalidade violenta registradas a partir dos anos 1990 nas principais metrópoles brasileiras colocaram em questão as políticas direcionadas para o aumento do rigor repressivo, uma vez que elas não foram suficientes para conter os indicadores até então apresentados.

A perspectiva de formulação de políticas públicas que buscaram ampliar o entendimento e o leque de ações voltadas para esse fenômeno e, portanto, propuseram atuar tanto no aspecto da coerção quanto da prevenção, ganhou mais força como resposta institucional a esse quadro de violência urbana. São políticas capazes de incluir diversos agentes ao campo da segurança e que procuram constituir novos espaços de ação e participação da sociedade civil e organizada para o enfrentamento da violência.

O conceito de segurança passou a implicar uma pluralidade de dimensões que vão desde a questão do combate à violência pessoal e as ameaças à vida, até a questão da segurança de moradia, da diminuição da vulnerabilidade no âmbito do emprego e trabalho, da segurança alimentar, do direito de ir e vir, dentre outras.

A Política Metropolitana Integrada de Segurança Pública pretende estimular a integração de instituições de segurança e de programas e ações de promoção, prevenção e coerção no campo da segurança pública, visando reduzir os índices de violência e criminalidade, em especial os homicídios, nos municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

- Programa de Integração das Polícias na RMBH;
- Programa de Fortalecimento e Integração das Guardas Municipais;
- Programa Metropolitano de Comunicação para a Paz;
- Programa Metropolitano de Prevenção e Controle do Tráfico e Uso do Crack;
- Programa Metropolitano de Prevenção Social da Violência;
- Programa de Modernização do Sistema Prisional;
- Programa de Modernização da Gestão do Sistema Socioeducativo.

3.2.2 POLÍTICA METROPOLITANA INTEGRADA DE GESTÃO DOS RISCOS AMBIENTAIS E DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Os riscos ambientais estão associados às relações entre sociedade e natureza, tanto pela forma de ocupação do território como pelo uso de recursos naturais, pela produção e pelo consumo de bens e serviços. Nesse contexto diversos fenômenos naturais passam a representar riscos ambientais, como as catástrofes naturais, o aumento da frequência e magnitude das catástrofes meteorológicas, a ocupação e uso do solo indevidos, a poluição e a contaminação da água e do solo. As mudanças climáticas também podem ter impacto relevante sobre as condições de saúde na RMBH, como na disseminação de doenças respiratórias, doenças de vetores, atingindo especialmente populações mais vulneráveis.

É, portanto, necessária tanto uma gestão dos riscos ambientais imediatos, para os equipamentos públicos já instalados e aos riscos já identificados, quanto uma projeção de cenários para os riscos futuros e de medidas a serem tomadas. Nesse cenário, é importante identificar as iniciativas existentes, que, embora apresentem limitações, precisam ser ampliadas. A Defesa Civil tem papel importante e não deve estar encarregada apenas do trabalho de socorro emergencial, mas também em desenvolver um trabalho de educação urbana para a gestão dos riscos ambientais. A Política Metropolitana Integrada de Gestão dos Riscos Ambientais e de Mudanças Climáticas tem como objetivos gerais a identificação de vulnerabilidades a riscos ambientais e às mudanças climáticas e a criação de um sistema metropolitano de gestão de riscos, incluindo um Sistema Metropolitano Integrado de Defesa Civil.

- Sistema de Controle, Monitoramento e Avaliação do Risco Socioambiental e Climático na RMBH;
- Programa de Desenvolvimento de Instrumentos de Gestão de Risco em Áreas Rurais e Urbanas;
- Programa de Educação Ambiental para Conscientização, Informação e Prevenção da População em Área de Risco Sócio Ambiental;
- Programa de Modernização da Defesa Civil e Adequação do Sistema de Saúde às Vulnerabilidades Socioambientais na RMBH.

3.2.3 POLÍTICA METROPOLITANA INTEGRADA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

A população da RMBH vem acompanhando a tendência mundial de incremento de manifestações de insegurança alimentar. Particularmente no que diz respeito ao território metropolitano, tais manifestações se relacionam, por exemplo, à falta de apoio à agricultura familiar, que cumpre funções sociais, culturais, ambientais e econômicas de grande alcance para a SAN; à elevada participação dos gastos com alimentação no conjunto dos gastos realizados pelas famílias de baixa renda; e o excesso de peso e obesidade, que atinge 13,7% da população feminina com mais de 20 anos.

Para enfrentar essas e outras manifestações de insegurança alimentar, a Política Metropolitana Integrada de Segurança Alimentar e Nutricional propõe programas que visam: apoiar as atividades rurais, com destaque para a agricultura familiar; ofertar alimentos com qualidade a preços acessíveis; erradicar a fome e a desnutrição; promover o consumo alimentar consciente, a agricultura urbana e a qualidade de vida da população rural na RMBH. A política visa criar alternativas de articulação entre os espaços rurais e urbanos, por meio de programas e projetos que irão atuar sobre a produção, o abastecimento e o consumo alimentar. Desta forma, pretende-se que esta política se constitua num importante instrumento para a reorganização sustentável do território e para a garantia de espaços de manifestação de expressões culturais, capazes de dialogar com os processos dominantes de especialização produtiva e de homogeneização do consumo. Neste sentido, ela se coloca como um instrumento de intervenção sobre o território metropolitano, nas suas duas facetas, rural e urbana, buscando integrá-las.

- Programa Metropolitano de Apoio às Atividades Rurais;
- Programa de Apoio às Atividades de Abastecimento na RMBH;
- Programa Metropolitano de Agricultura Urbana e Periurbana;
- Programa Metropolitano de Promoção do Consumo Alimentar Saudável e Sustentável;
- Programa Metropolitano de Promoção da Qualidade de Vida no Meio Rural.

3.2.4 POLÍTICA METROPOLITANA INTEGRADA DE FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

No diagnóstico da situação de trabalho, emprego e renda na RMBH, identificou-se o descompasso entre a demanda e a oferta de oportunidades de trabalho, o que acarreta desemprego por um lado e escassez de mão de obra qualificada, por outro. Entre as características de formação propriamente ditas, também foi identificada uma lacuna deixada pela deficiência nos processos formais de educação e que dizem respeito ao domínio de novas tecnologias, ao analfabetismo funcional, conhecimento básico de línguas estrangeiras e conhecimentos gerais em artes e ciências.

Assim, há, simultaneamente, crescente dificuldade de reprodução material e social de significativas parcelas da população, e ampliação do hiato entre oferta e demanda de trabalho qualificado. Em adição, a tendência de segregação socioespacial que se verifica no território decorre em parte da incapacidade daquelas parcelas de população de competirem com atores mais bem dotados tecnológica e financeiramente e da impossibilidade de alcançarem as oportunidades colocadas pela maior integração da RMBH. Isto é, os investimentos programados se deparam com uma massa de trabalhadores com formação insuficiente, incompleta e profissionalmente desqualificada para a realização de tarefas especializadas.

A Política proposta busca minimizar as dificuldades apontadas, considerando, além da oferta de postos de trabalho, o público potencial, as características dos cursos de formação e qualificação e as questões culturais que podem incidir nesse processo, ampliando a capacidade dos trabalhadores de se inserirem no processo de desenvolvimento econômico e contribuindo para uma inserção mais competitiva da RMBH nos cenários nacional e internacional.

- Programa de Formação para a Qualificação Profissional e Acesso ao Mercado de Trabalho;
- Programa de Diversificação das Oportunidades de Formação e Qualificação na RMBH;
- Programa de Qualificação Voltada a Setores Tradicionais e de Alta Tecnologia em Expansão na RMBH;
- Programa de Qualificação Voltado ao Setor de Turismo.

3.2.5 POLÍTICA METROPOLITANA INTEGRADA DE APOIO À PRODUÇÃO EM PEQUENA ESCALA

Esta Política tem como objeto um ramo da economia metropolitana caracterizado por um montante de investimentos relativamente pequeno, embora realizado por um grande número de produtores e empreendedores. A produção em pequena escala possui, em termos de apropriação da renda gerada (monetária e não monetária), uma capilaridade bastante significativa, sendo responsável pela reprodução de relevante parcela da população metropolitana.

Esta produção apresenta, portanto, grande potencial para prover trabalho e renda, em especial à população não absorvida diretamente pelos grandes investimentos previstos para a RMBH. Ademais, possibilita incorporar uma dimensão de preservação de tradições culturais, sejam elas alimentares, de expressão estética, de organização do cotidiano, do trabalho e do modo de vida em geral.

A Política Metropolitana Integrada de Apoio à Produção em Pequena Escala visa dar visibilidade à pequena produção na RMBH, bem como promover sua expansão e integração ao atual movimento de expansão econômica da Região, por meio do apoio à gestão, regularização e instalação de pequenos empreendimentos produtivos, da agregação de qualidade e valor aos seus produtos via apropriação tecnológica e da articulação dos empreendimentos entre si e com os grandes investimentos previstos para o território metropolitano.

- Programa de Elevação da Qualidade e da Competitividade da Pequena Produção;
- Programa de Articulação da Pequena Produção à Grande Produção;
- Programa de Apoio à Regulamentação e Instalação de Empreendimentos Individuais, Empreendimentos Solidários, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte;
- Programa de Criação de uma Rede Metropolitana de Produção e Consumo Solidário.

3.3 EIXO URBANIDADE

O eixo Urbanidade traduz e sintetiza aspectos fundamentais da metrópole que coletivamente queremos ver construída nas próximas décadas. A urbanidade tal qual vem sendo trabalhada no PDDI é um conceito que se relaciona à realização plena da vivência urbana e que expressa qualidades relacionadas à solidariedade, à percepção e ao sentimento de pertencimento ao espaço em que se vive, à negociação continuada entre os interesses, à vida cotidiana e ao direito à cidade. A urbanidade é expressão de algo que é, ao mesmo tempo, único e comum a todos, sendo esta dimensão coletiva e solidária que faz com que a urbanidade ofereça condições necessárias à criatividade e à pluralidade cultural.

O urbano é por excelência o lugar do encontro. Talvez esta seja mesmo a melhor e mais simples tradução do que representa a vida urbana: o encontro e o espaço compartilhado. Por conta disto a urbanidade é necessariamente feita de diversidades, sociais, culturais, etc. Neste sentido, todo o esforço de se pensar a urbanidade na RMBH está pautado nos termos de uma construção coletiva, multifacetada e que se quer a todo tempo solidária!

Alguns pontos de partida fundamentais para a elaboração das políticas neste eixo foram, para além do que já se disse em termos de solidariedade e diversidade: a promoção da qualidade de vida e dos espaços; o trabalho com a idéia de pertencimento e de identidade para com os espaços do nível da realidade local da comunidade até o da própria região metropolitana; e o de que tudo isto só pode se materializar se houver condições amplas de informação e acesso, ou seja, conhecer e entender o que existe e acontece e a possibilidade de ser transitar bem por estes espaços no nível metropolitano.

As políticas aqui apresentadas estão informadas por estas diretrizes e se ocupam de um conjunto de dimensões variadas e com imprescindíveis interações com os demais eixos. Elas dizem respeito aos espaços públicos, ao patrimônio material e imaterial, à diversidade cultural, à educação, às atividades culturais e criativas, bem como a uma série de entrecruzamentos relativos à gestão, às condições de financiamento, à estruturação institucional e ao arranjo territorial que visam dar materialidade à ação pública orientada este instrumento de planejamento.

3.3.1 POLÍTICA METROPOLITANA INTEGRADA DE DEMOCRATIZAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS

A atual configuração dos espaços públicos em suas diversas escalas, assim como seus usos por distintos atores, refletem e reforçam as desigualdades sociais presentes na RMBH. Como consequência, observamos um acirramento da segregação social e da guetificação dos espaços, especialmente se analisarmos a proliferação de enclaves sociais onde os condomínios fechados e as favelas se tornam algumas de suas expressões mais visíveis. Além disso, o Estado por vezes se abstém da gestão de tais espaços ao permitir que interesses privados definam seus usos, alterando de forma crucial a paisagem e comprometendo sua função social, a de permitir e potencializar a manifestação e o encontro entre grupos e indivíduos distintos. A privatização e a retração dos espaços públicos é um processo que vem sendo reiteradamente constatado e denunciado nas metrópoles contemporâneas nas últimas décadas, e se coloca como ponto crucial no reordenamento territorial da RMBH.

É preciso ampliar e qualificar a oferta de espaços especialmente multifuncionais e integrados em suas diversas escalas, adotando critérios de vulnerabilidade social para hierarquização de prioridades nos investimentos, e a qualificação da parceria público-privada deve se pautar especificamente pelo interesse público e coletivo.

A Política Metropolitana Integrada de Democratização dos Espaços Públicos tem como objetivo combater o processo de privatização dos espaços públicos, através da intervenção na relação entre ordenamento urbano e estrutura social, abordando as relações entre diferentes grupos sociais no território metropolitano em suas diferentes escalas.

- Programa de Requalificação, Ampliação e Implantação de Espaços e Equipamentos Públicos;
- Programa de Democratização do Acesso à Informação;
- Programa de Qualificação dos Espaços e Atenção para Acesso dos Usuários;
- Programa de Mobilização Social para Implementação do Plano Metropolitan: LUMEs - Lugares de Urbanidade Metropolitana.

3.3.2 POLÍTICA METROPOLITANA INTEGRADA DE GESTÃO DA PAISAGEM E VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE CULTURAL

Tradicionalmente, natureza e cultura são tratadas de maneira separada pelas políticas públicas de proteção e promoção do patrimônio. Em muitos dos casos, tal perspectiva implica em iniciativas pouco eficazes de proteção e valorização do patrimônio paisagístico, órgãos com pouca transversalidade em planejamento e ações e orçamentos e dotações financeiras díspares, que reforçam esse distanciamento. A cultura deve ser considerada como o conjunto dos traços distintivos espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social e que abrange, além das artes e das letras, os modos de vida, as maneiras de viver em sociedade, os sistemas de valores e as tradições e as crenças. Além disso, é importante considerar as interações e relações significativas entre o homem e o meio ambiente natural, numa perspectiva que privilegia os aspectos materiais e simbólicos deste processo de apropriação territorial, o que inclui todas as formas de apropriação social pelos sujeitos sociais, muitas das vezes consideradas, a priori, como não notáveis pelos órgãos do patrimônio. Com isso, recoloca-se, de certa forma, o próprio campo do patrimônio cultural, abrindo-se uma perspectiva contemporânea para, ao lado das novas contribuições, refletir de forma mais integrada sobre diversas idéias tradicionais do campo da preservação.

Outro aspecto relevante refere-se à importância do incremento de ações específicas para a valorização da diversidade cultural na RMBH. Nesse sentido, são propostos programas voltados, por um lado, para o reconhecimento e valorização das expressões culturais urbanas, com ações destinadas a públicos diferenciados, e, por outro, para apoio aos modos de viver e de produzir do campo e de populações tradicionais. Dessa forma, pretende-se empreender iniciativas capazes de promover a valorização dos aspectos culturais que imprimem identidade aos grupos sociais e territórios.

- Programa de Conformação de Complexos Ambientais Culturais;
- Programa de Valorização e Promoção da Diversidade Cultural na RMBH;
- Programa de Promoção de Rotas Turísticas.

3.3.3 POLÍTICA METROPOLITANA INTEGRADA DE GESTÃO TERRITORIAL DA EDUCAÇÃO E CULTURA

A política de educação conquistou sólida institucionalidade no Brasil. O pacto federativo entre União, estados e municípios estabelece responsabilidades e competências no atendimento da demanda por educação. Ao longo das últimas décadas, a política educacional brasileira teve como foco prioritário a universalização do acesso ao Ensino Fundamental, na faixa etária de 7 a 14 anos, tendo em vista o cumprimento da exigência estabelecida pela Constituição Federal, promulgada em 1988, que determinou esse nível de ensino como direito público subjetivo. Nos anos recentes, o acesso ao ensino fundamental obteve um crescimento significativo, tornando-se quase universal: os dados da Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) demonstram que, em 2006, a taxa de atendimento à faixa etária de 7 a 14 anos foi de 97,6%.

Dessa forma, outros desafios ganharam visibilidade nas políticas educacionais. A necessidade de ampliação dos anos de escolaridade da população brasileira colocou como referência a garantia da educação básica, composta da educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. O alcance dessa meta encontra limites de várias ordens: a dificuldade de cobertura do atendimento educacional de acordo com a demanda, sobretudo no ensino médio e na educação infantil; a ineficácia na solução da baixa qualidade do ensino público, que acaba por produzir desigualdades escolares, como reprovação, distorção idade-série, evasão e analfabetismo; a carência de proposições para atender aos segmentos da população que demandam propostas específicas, como é o caso da infância e da juventude, sobretudo na faixa dos 15 a 17 anos que não concluiu o ensino fundamental, adultos analfabetos, populações do campo, quilombolas e indígenas. Dessa forma, a Política se pauta na universalização e qualificação educacional para garantia do direito à educação básica em todos os níveis e modalidades de ensino.

- Programa de Universalização do Direito à Educação Básica;
- Programa de Reconfiguração da Dinâmica Escolar: ampliação do tempo escolar na dinâmica do território.

3.3.4 POLÍTICA METROPOLITANA INTEGRADA DE PROMOÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS E CRIATIVAS

A “economia criativa” é parte de um contexto onde se consolida a passagem da sociedade industrial para a do conhecimento, na qual a fase analógica vem sendo substituída pela digital e as relações humanas, ainda que bastante presenciais, encontram novos espaços, como o das redes sociais. Para alguns, trata-se apenas de um adjetivo para referenciar o setor da economia associado à produção de bens e serviços artístico-culturais. Entretanto, outros o associam à incorporação de novas tecnologias de comunicação e à produção artístico-cultural, entendendo-o como um setor produtivo. Essa abordagem remete, assim, a atividades produtivas altamente concentradas em criatividade, em grande medida artística, e em tecnologias sofisticadas, onde opera mão de obra mais qualificada, garantindo competitividade aos produtos. O “criativo” abarca todo o circuito necessário à produção de cultura, e a economia criativa englobaria, portanto, os setores de propaganda, arquitetura, artes plásticas, artes performáticas, antiguidade, artesanato, design, moda, cinema, fotografia, música, edição de livro, rádio e televisão.

No campo da formulação de políticas, a atividade criativa está associada ao sucesso de iniciativas voltadas para o desenvolvimento local. Em grande medida, essas atividades são urbanas, posto que sua existência requer a proximidade com seus produtores e consumidores. Nesse contexto, surge o conceito de cidades criativas, complexos urbanos que possuem diversas atividades culturais e alta concentração de emprego criativo, como lócus da assim chamada indústria criativa. Assim, diferentes estratégias de desenvolvimento podem ser aplicadas para o desenvolvimento do setor criativo, combinando a dimensão cultural com a extensão da infra-estrutura de transportes, alojamento e alimentação, segurança pública, etc.

- Programa de Capacitação de Gestores Culturais;
- Programa de Capacitação de Produtores Criativos;
- Programa de Construção e/ou Reocupação de Equipamentos Voltados às Artes, à Produção Criativa e ao Conhecimento – Fábricas Criativas;
- Programa de Estímulo à Economia Criativa.

3.3.5 POLÍTICA METROPOLITANA INTEGRADA DE FINANCIAMENTO DA CULTURA

No financiamento das atividades promotoras do desenvolvimento socioeconômico de uma região, a cultura requer participação ativa do Estado como agente investidor. Entretanto, a cultura não conta com nenhum instrumento efetivo de financiamento, de modo que o fomento da atividade criativa e cultural pressupõe uma política estruturada com essa finalidade. Recentemente, com a criação do Sistema Nacional de Cultura (SNC), tornou-se evidente a preocupação em compreender as políticas de cultura como um programa nacional e sistêmico e, nesse contexto, também o financiamento.

Um resultado desse propósito é um novo programa que tramita no Congresso Nacional, o PROCULTURA – Programa Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura. Nele, os instrumentos de financiamento estão definidos como: Fundo Nacional da Cultura (FNC), Incentivo Fiscal a Projetos Culturais, Fundo de Investimento Cultural e Artístico (Ficart) e Vale-Cultura, criado por lei específica. No âmbito do novo programa, o FNC será destinado à provisão de recursos para instituições públicas, privadas sem fins lucrativos e pessoas físicas. O Ficart tem natureza comercial, com a criação de condomínios fechados caracterizados por comunhão de recursos destinados à aplicação em projetos culturais e artísticos. Outro mecanismo seria o já conhecido mecenato, ou seja, incentivos fiscais para projetos em cultura.

Entretanto, o panorama na RMBH para difusão de mecanismos de financiamento de atividades culturais no território metropolitano não é animador. Atualmente, os órgãos gestores das leis de incentivo são as Secretarias de Cultura estaduais e municipais. Na região, apenas três municípios possuem secretarias exclusivas de Cultura (Itaguara, Nova Lima e Sabará) e três possuem fundações exclusivas de Cultura (Belo Horizonte, Betim e Caeté). Oito municípios possuem secretarias de Educação e Cultura e, em 18 municípios, a cultura está aliada a diversos outros setores. A média de investimento municipal para a Cultura, em 2005, foi de apenas 0,6%.

- Estudo Complementar de Diagnóstico Institucional e Jurídico para Criação de Mecanismo de Financiamento de Atividades Culturais.

3.4 EIXO SUSTENTABILIDADE

O esforço de planejar e orientar o desenvolvimento da RMBH realizado no âmbito do PDDI envolve a dupla tarefa de propor políticas que tratem de maneira adequada os diversos problemas e desequilíbrios que acumulados ao longo da história da região, além de preparar a RMBH para os desafios permanentemente criados pelas constantes mudanças da economia local, nacional e internacional. Assim, as políticas programas e projetos incluídos no PDDI devem ter sempre uma lanterna de popa – isto é, um olhar para as demandas sociais que se acumularam ao longo do tempo – e uma lanterna de proa, um olhar para o futuro, um esforço continuado de construção de melhores condições de vida para as gerações futuras.

Essa característica, comum a todas as políticas distribuídas nos quatro eixos que compõe o plano, é ainda mais evidente nas políticas de Sustentabilidade, uma vez que elas expressam de maneira marcante a tensão permanente entre passado e futuro.

Dentro dessa perspectiva, o PDDI adotou um conceito bastante amplo de Sustentabilidade. Com efeito, esse conceito inclui todas as questões ambientais relevantes, comumente tratadas de maneira acessória ou marginal na literatura. Contudo, é muito importante ressaltar que o PDDI incluiu nesse eixo, de maneira inovadora, todas as questões relacionadas à estrutura produtiva dos municípios da RMBH. Nessa escolha está implícito o pressuposto de que o crescimento econômico mais inclusivo da RMBH só pode ocorrer a partir do tratamento de sua relação e seus impactos sobre o meio ambiente.

O eixo Sustentabilidade abrange oito políticas que incluem questões ambientais críticas – relacionadas aos recursos hídricos, à necessidade de estabelecimento de áreas de preservação e recuperação, à gestão dos resíduos sólidos, ao saneamento, à necessidade identificação e pagamento dos serviços ambientais providos nos diversos municípios da RMBH. Contudo, todas essas temáticas perdem força sem uma discussão profunda da economia da RMBH e a necessidade de promover uma drástica mudança qualitativa que a torne sustentável e limpa – através de iniciativas que reduzam a emissão de gases de efeito estufa – e tecnologicamente mais avançada. Essa discussão inclui não só a necessidade de atração e fomento de setores de ponta que valorizem o conhecimento como principal insumo de nossa economia, mas também o diálogo e a melhoria definitiva da relação entre os setores e atividades que tradicionalmente tem gerado renda e emprego, mas que causam sérios impactos sócio-ambientais no território da RMBH.

3.4.1 POLÍTICA METROPOLITANA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO SUSTENTÁVEL

Nos anos 1960 e 1970, houve avanços significativos na estrutura industrial da economia mineira. A RMBH se industrializou e Belo Horizonte progrediu em direção a serviços produtivos modernos ligados aos novos requerimentos da estrutura industrial. Contudo, a integração produtiva da RMBH foi paradoxal. Se, de um lado, beneficiou-se de uma localização geográfica estratégica e proximidade com os principais mercados consumidores nacionais, de outro, passou a sofrer a competição com novos centros emergentes, mais dinâmicos, o que significou certa inflexão no seu crescimento e diversificação. Como resultado, a RMBH passou a experimentar uma macro-polarização restringida geograficamente e subordinada do ponto de vista da densidade tecnológica das atividades e da capacidade de geração de renda e empregos qualificados. Mais recentemente, parece ter-se reforçado a dificuldade da RMBH de apresentar um crescimento “diferenciado”. Parte desta dificuldade pode ser atribuída às significativas desigualdades nas oportunidades de crescimento entre os municípios metropolitanos, nas condições de vida da população e na distribuição de renda que exercem efeitos perversos sobre a coesão metropolitana e geram um espaço metropolitano fragmentado, de imersão social frágil e limitada capacidade de acumulação.

Dessa forma, a Política de Desenvolvimento Produtivo Sustentável visa moldar novas estratégias de desenvolvimento participativas e em múltiplas escalas territoriais, que sejam capazes de contribuir para a redução das desigualdades, de valorizar a infraestrutura científica e tecnológica, a diversidade cultural e natural da RMBH e de promover a sustentabilidade ambiental, social e econômica, de forma a garantir que a comunidade metropolitana venha a usufruir os benefícios de um desenvolvimento sustentável, justo, igualitário e emancipador. A Política foi estruturada com o intuito de revitalizar a dinâmica da metrópole – e, portanto, posicioná-la competitivamente tanto nacional como internacionalmente –, bem como de distribuir territorialmente tal dinamismo, de forma que haja uma “aproximação produtiva” (em qualidade e dinamismo) dos territórios intra-metropolitanos com a criação e consolidação de novas centralidades, irradiadoras de desenvolvimento e articuladoras (em rede) do espaço intra-metropolitano.

- Programa de Diversificação Produtiva e Descentralização do Investimento no

Território Metropolitano;

- Programa de Empreendedorismo Metropolitano;
- Programa de Fomento às Interações entre Universidade, Empresas, Sociedade Civil e Governo para o Desenvolvimento de Inovações;
- Programa de Investimentos em Indústrias Baseadas no Conhecimento e Intensivas em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D);
- Programa de Apoio e Consolidação dos Sistemas Produtivos de Alta Tecnologia da RMBH;
- Programa de Estruturação de Demanda de Alto Nível e Qualidade para Estimular o Desenvolvimento de Novas Tecnologias;
- Programa de Transformação do Aeroporto Internacional Tancredo Neves em *Hub* Internacional de Passageiros e Cargas;
- Programa de Promoção da Sustentabilidade na Indústria da Construção Civil e sua Cadeia Produtiva.

3.4.2 POLÍTICA METROPOLITANA INTEGRADA PARA O DESENVOLVIMENTO DE TERRITÓRIOS MINERÁRIOS

O complexo mínero-metalúrgico encontra-se na raiz do desenvolvimento produtivo do Estado e da RMBH e influencia a vida das populações de 70% dos municípios mineiros que têm algum tipo de exploração mineral ou atividade metalúrgica. Recentemente, esta importância foi acentuada em razão do rápido crescimento da demanda mundial por produtos desse complexo. Não é por outro motivo que, hoje, estes são os principais setores a receber investimentos em Minas Gerais. O governo mineiro anunciou que, em 2010, 89% dos investimentos privados previstos para o estado seriam direcionados para a cadeia mineral e siderúrgica, e vários desses investimentos foram previstos para instalação na RMBH.

Se tal pujança na escala da produção mineral traz oportunidades para a RMBH, também coloca grandes desafios que se relacionam, principalmente, com o desconhecimento sobre o futuro dos territórios em que se localizam e os impactos sobre eles (sua biodiversidade, sua água, suas amenidades paisagísticas e culturais) e sobre as comunidades de seu entorno (sua cultura, sua saúde e segurança), exigindo novas formas de relacionamento entre empresas e comunidades. A pouca efetividade observada na interlocução entre as mineradoras, governos e sociedade justifica a criação de uma política metropolitana para os territórios minerários que se preocupe com a constituição de um espaço de gestão e planejamento democrático, levando em consideração o fato de que a realidade é compartilhada por diferentes atores com diferentes capacidades de planejamento. Dois aspectos são relevantes para o aprimoramento da gestão de territórios minerários. O primeiro diz respeito ao fato de que se trata de um período de transição para ações que promovam o desenvolvimento de forma sustentável, condizente com o alcance da “prosperidade econômica, o bem-estar humano, e o bem-estar do ecossistema”. O segundo refere-se a um “processo responsável de tomada de decisões”.

- Programa para o Desenvolvimento de Modelo de Gestão de Territórios Minerários;
- Programa de Desenvolvimento Sustentável da Produção Mínero-Metalúrgica.

3.4.3 POLÍTICA METROPOLITANA INTEGRADA DE GESTÃO, PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS

O acelerado avanço em direção a um quadro de escassez dos recursos hídricos exige, do poder público e da sociedade em geral, uma adequada gestão desses recursos, de modo descentralizado e participativo, a fim de garantir seu acesso a todos e manter a disponibilidade para as gerações futuras em termos de quantidade e qualidade. A crescente utilização da água tem ocorrido como um complexo processo sem controle adequado, posto que interesses individuais, setoriais e de coletividades têm se sobreposto às necessidades de equilíbrio dos sistemas hídricos. A falta ou deficiências de políticas públicas integradas no campo ambiental, bem como seu monitoramento e fiscalização, têm facilitado os conhecidos processos de superexploração de mananciais hídricos, o desperdício de água e o lançamento de efluentes não tratados nos cursos d'água. A remoção inadequada da cobertura vegetal e a exposição do solo aos processos de erosão acelerada têm levado ao assoreamento de quase todos os grandes rios do país. Todos estes impactos têm contribuído para o quadro de crescente escassez de água e redução do seu acesso em escala global.

Nesse contexto, a RMBH apresenta especificidades que a constituem como um território prioritário para a gestão e a proteção dos recursos hídricos, assim como para a recuperação de áreas e cursos d'água degradados, visando a sustentabilidade socioeconômica dessa região, a garantia da qualidade de vida de sua população atual e futura e do contexto socioambiental em que ela se insere. As principais fontes de pressões sobre os recursos hídricos são a demanda de água para abastecimento doméstico, industrial e agrícola, a poluição pontual, que tem como origem esgotos domésticos lançados sem tratamento, a poluição industrial e da mineração, e a poluição difusa, originada em áreas urbanas, áreas agrícolas e na indústria.

- Programa de Estímulo à Gestão Integrada de Recursos Hídricos;
- Programa de Proteção e Recuperação dos Recursos Hídricos Metropolitanos;
- Programa de Difusão de Técnicas e Tecnologias Voltadas à Melhoria da Qualidade e Quantidade dos Recursos Hídricos.

3.4.4 POLÍTICA METROPOLITANA INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS

A gestão dos resíduos sólidos urbanos configura-se como um dos grandes problemas no âmbito da RMBH, onde a maior parte dos municípios apresenta sistemas de limpeza urbana muito deficientes. A maioria dispõe os resíduos em lixões a céu aberto, com impactos ambientais e sociais muito negativos para as comunidades, refletindo negativamente também sobre a saúde pública da população, com o aumento da incidência de doenças como dengue, leptospirose, leishmaniose, etc. A falta de recursos e de capacitação das administrações municipais para enfrentar o problema constituem fatores determinantes para o agravamento da situação. Geralmente os serviços operam sem planejamento, sem os recursos mínimos ou sem controle de custos, tendo ainda que lidar com inúmeras restrições gerenciais das prefeituras. Principalmente nos pequenos municípios, a pouca capacidade de gestão e ausência de pessoal especializado está na base das muitas situações em que os investimentos realizados pelo Governo Federal para construção de aterros sanitários e unidades de manejo de resíduos sólidos resultaram no abandono das unidades e na transformação dos aterros em lixões.

No caso da RMBH já se percebe o grande fluxo indevido de resíduos em seu território, o qual tende a se alastrar rapidamente e sem um ordenamento técnico e político, caso não se promovam alternativas adequadas para a gestão compartilhada. Cabe salientar que a Política Nacional de Resíduos Sólidos estabelece o prazo de até 2014 para que todos os municípios brasileiros tenham o manejo e destinação adequada dos resíduos sólidos urbanos, com a erradicação de todos os lixões e a disposição, em aterros, apenas dos rejeitos. Ou seja, há a obrigatoriedade de, nesse prazo, todos os resíduos serem reciclados ou compostados de acordo com o seu potencial de reaproveitamento.

Deve-se pensar a gestão como um processo, e não exclusivamente a etapa de disposição final. É preciso ajustar a política de resíduos sólidos às demais políticas locais (de saúde, de ocupação de espaço, e principalmente de meio ambiente). A gestão começa nas tentativas de não produção e de minimização e passa pelo tratamento dos resíduos sólidos.

- Programa de Erradicação de Lixões e Tratamento e Destinação Final Adequados dos Resíduos Sólidos Urbanos;
- Programa de Erradicação de Bota Fora Clandestino e de Gestão Adequada de Resíduos da Construção e Demolição;

- Programa de Coleta Seletiva de Materiais Recicláveis;
- Programa de Gestão Adequada dos Resíduos Orgânicos;
- Programa de Gestão dos Resíduos de Serviços de Saúde;
- Programa de Desenvolvimento Institucional para Gestão Integrada, Regionalizada e Consorciada dos Resíduos.

3.4.5 POLÍTICA METROPOLITANA INTEGRADA DE SANEAMENTO BÁSICO

A Política Metropolitana de Saneamento Básico concerne os temas abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de águas pluviais e meios receptores. Os municípios integrantes da RMBH apresentam grande variabilidade nos valores de atendimento pelos serviços de saneamento. Os índices de atendimento por abastecimento de água revelam valores bem superiores aos índices de cobertura por esgotamento sanitário, sendo que os indicadores de tratamento de esgotos indicam carências ainda mais significativas. Os índices de perda de água na distribuição também são elevados. O manejo de águas pluviais apresenta muitas deficiências que, em grande parte, encontram-se na origem dos principais problemas identificados nesse setor: ocorrências frequentes de inundações, processos intensos de erosão urbana, poluição dos meios receptores por fontes difusas e concentradas, sobretudo pelo lançamento de esgotos coletados não tratados.

A Política Metropolitana Integrada de Saneamento Básico foi concebida tendo em conta diferentes elementos de diagnóstico e orienta-se segundo três eixos principais: o saneamento básico como um serviço público de caráter essencial, inserindo-se aí todos os aspectos relacionados à universalização da cobertura, à qualidade dos serviços prestados, à política tarifária, à regulação e ao controle social, entre outros; o saneamento como um instrumento essencial para a recuperação e proteção ambiental dos meios receptores, para a redução das pressões sobre os recursos hídricos e para a garantia de qualidade ambiental da Região Metropolitana de Belo Horizonte; e o saneamento como um instrumento de redução de riscos à saúde, de riscos de inundação e de riscos geotécnicos (deslizamento de encostas).

- Programa de Universalização do Atendimento pelos Serviços de Saneamento Básico;
- Programa de Proteção de Mananciais Prioritários para Fins de Abastecimento de Água;
- Programa de Economia de Água e de Energia;
- Programa de Manejo de Águas Pluviais e Gestão do Risco de Inundações;
- Programa de Recuperação Ambiental de Bacias Urbanas;
- Programa de Inovação Tecnológica e Capacitação em Saneamento.

3.4.6 POLÍTICA METROPOLITANA INTEGRADA DE DELIMITAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DE INTERESSE PARA A CONSERVAÇÃO AMBIENTAL

Para compreender as conexões que existem entre as bases ecológicas e as atividades de produzir e consumir que representam o eixo de qualquer sistema econômico é necessário conhecer e respeitar as limitações e restrições dos ecossistemas dos quais a economia faz parte como um subsistema aberto, através da adoção de uma visão sistêmica que procure entender os processos naturais e o que eles podem ensinar para viabilização da sustentabilidade econômica e social. Numa concepção de futuro, a sociedade deve depender cada vez menos do uso de recursos esgotáveis, adotando a idéia de meio ambiente no âmbito transversal, presente em tudo o que se faz, desde os suprimentos e recursos até o acolhimento dos dejetos e rejeitos em que se convertem os produtos da atividade humana. Nesse sentido, uma política de proteção e recuperação dos ecossistemas naturais se caracteriza por demandar uma coordenação de ações de várias naturezas e uma divisão de responsabilidades, considerando a inércia sistêmica dos problemas a serem corrigidos no longo prazo.

O rápido processo de urbanização estimulou o surgimento de diversos danos ambientais como poluição do ar, da água e do solo, bem como falta de saneamento e coleta de resíduos sólidos. Isso porque a condução das políticas ambientais é ineficiente e ineficaz, posto que as instituições operam sem integração, coerência e coordenação. Contudo, um ambiente saudável para gerações presentes e futuras é um direito fundamental de todos os brasileiros e a preservação do capital natural é fundamental e diz respeito tanto ao governo quanto ao cidadão comum.

- Programa Metropolitano de Áreas Protegidas;
- Programa de Proteção dos Mananciais da RMBH;
- Programa de Recuperação de Áreas Degradadas;
- Programa de Gestão do Risco Ambiental em Áreas de Preservação Permanente (APPs);
- Programa de Arborização de Vias e Espaços Públicos.

3.4.7 POLÍTICA METROPOLITANA INTEGRADA DE COMPENSAÇÃO E VALORAÇÃO DE SERVIÇOS AMBIENTAIS

O consumo crescente de recursos naturais, frente à demanda socioeconômica, tem contribuído para restrição dos estoques de capital natural e geração de níveis elevados impactos ambientais e conseqüente comprometimento de serviços ambientais, o que torna necessário estimar o valor monetário dos recursos naturais, comumente não considerado nos processos produtivos, como meio de gestão adequada e moderação deste avanço.

O estudo da valoração ambiental fundamenta-se em estimar os benefícios socioeconômicos proporcionados pelos bens e serviços ambientais em favor da demanda marginal social, e surge como estratégia em defesa do capital natural e da economia. Neste contexto, o mecanismo de Pagamento de Serviços Ambientais (PSA) surge como ferramenta da economia ambiental e moderador de sustentabilidade, pois estabelece formas racionais de uso de recursos naturais. Trata-se de uma negociação entre provedor e comprador de serviços ambientais sob remuneração financeira em favor daquele que exerce práticas para manutenção de relações ecossistêmicas. Os projetos e programas sob aplicação do PSA contemplam atividades voltadas para produção de água, denominado PSA ÁGUA, ou para fixação de carbono, conhecido como PSA CARBONO, e ainda para a comercialização de produtos da sociobiodiversidade, chamado PSA BIODIVERSIDADE. Aplica-se ainda este mecanismo de modo institucional, e por meio de amparo legal, em casos como ICMS Ecológico, IPTU Ecológico, IPVA Ecológico, RPPN, Bolsa Verde, Servidão Florestal, entre outros modelos de aplicação que visem à manutenção de funções ambientais essenciais e remuneração para quem o preserva.

- Programa de Resíduos Sólidos (PSA Urbano);
- Programa IPTU Ecológico;
- Programa IPVA Ecológico;
- Programa Água – Recursos Hídricos;
- Programa Absorção De Carbono;
- Programa Biodiversidade;
- Programa Reserva Particular do Patrimônio Natural Municipal (RPPNM).

3.4.8 POLÍTICA METROPOLITANA INTEGRADA DE MITIGAÇÃO DE GASES DE EFEITO ESTUFA PARA UMA ECONOMIA DE BAIXO CARBONO

Um dos efeitos mais discutidos da atividade econômica sobre o meio ambiente são as mudanças climáticas originadas pela acumulação de gases de efeito estufa (GEE). Ao longo dos anos fortaleceram-se as evidências empíricas de que a atividade humana alterou de maneira significativa a concentração de gases de efeito estufa na atmosfera. Essa acumulação de GEE tem sido vista como a causa mais provável da elevação da temperatura e de outras mudanças climáticas observadas no século XX. O planejamento regional tem sido utilizado como ferramenta para contribuir para a mitigação, ou redução do crescimento, dessas emissões.

No âmbito da economia política da mudança climática, o debate em torno de planos e propostas de mitigação de gases de efeito estufa tem se intensificado. A redução de emissões de gases de efeito estufa tem sido buscada através de uma série de políticas governamentais que utilizam instrumentos econômicos (subsídios, taxas, isenção de taxas e crédito) e regulatórios (limite de emissões, controle de emissão veicular).

Uma economia urbana de baixo carbono tenta priorizar as atividades econômicas de baixa emissão de gases de efeito estufa, com menor utilização de combustíveis fósseis e maior eficiência energética. Assim, uma política de desenvolvimento energético para a RMBH deve envolver investimentos que priorizem: o incremento da qualidade e quantidade de energia renovável, de forma ambiental e socialmente sustentável; a utilização de tecnologias limpas; o acréscimo significativo na eficiência energética dos processos produtivos e edificações; e o desenvolvimento de indústrias competitivas na cadeia produtiva das energias limpas e renováveis.

- Programa de Controle e Redução de Emissões de GEE na RMBH;
- Programa de Energias Alternativas, Tecnologias Limpas e Eficiência Energética;
- Estudos para Ampliação de Mecanismos de Controle de Emissões, Metas de Redução de Emissões e Desenhos de Políticas.

4 PROPOSTA INSTITUCIONAL

4.1 RECOMENDAÇÕES, DIRETRIZES E AÇÕES PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PDDI

I.

O território e sua institucionalização são os elementos centrais do Plano Metropolitano, em torno dos quais as propostas de estudos, de ações e de organizações sociais e políticas, em suas diversas e distintas manifestações, devem se integrar para tratar das oportunidades e problemas identificados na escala e âmbito da Região Metropolitana que, em certa medida, abrange o Colar Metropolitano e territórios adjacentes.

Desta forma, o sentido primeiro de um plano metropolitano é apresentar uma proposta de ordenação socioespacial do território da região metropolitana. Seu sentido último é apresentar um referencial institucional para o planejamento metropolitano, integrado e participativo, implicando a intervenção programada sobre uma população e sobre a prática de agentes sociais – que partilham vantagens e problemas socioespaciais em um território comum constituído em torno de uma metrópole.

A estruturação metropolitana é o elemento central em torno da qual se organizam as propostas de políticas e seus desdobramentos programáticos, nos aspectos institucionais e nas suas manifestações ligadas aos quatro Eixos Temáticos Integradores: Acessibilidade, Seguridade, Sustentabilidade e Urbanidade.

Os princípios norteadores da dimensão institucional do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte (PDDI-RMBH) são: *intersetorialidade, cooperação, participação e desenvolvimento institucional.*

Por **intersetorialidade**, entendemos o esforço de superar e integrar as várias instâncias setoriais que se apresentam isoladas na sua organização enquanto ações do poder público, ou mesmo, enquanto interesses manifestos de partes da comunidade metropolitana. O Plano tem por objetivo integrar instâncias, instituições, escalas, territórios e abordagens setoriais.

O princípio da **cooperação** está imbricado no conceito de *governança colaborativa*, entendida como forma de governança **participativa** que surge quando diversos interesses são

consolidados por meio de exercício da cidadania e na qual planejamento e gestão (inter)institucional são norteados pela capacidade de construção do que se pode denominar *pacto metropolitano*.

Os municípios e o Estado se condensam na metrópole quando quatro premissas típicas ocorrem:

1. Quando as autoridades compreendem que seus cidadãos têm estatura plurimunicipal, como cidadãos metropolitanos que são.
2. Quando sentem que a cidade-metropolitana é comum a todos.
3. Quando constatarem que não mais existe uma constelação de cidades orbitando por atração da “cidade-mãe”, mas uma rede denominada cidade-metropolitana.
4. Quando, finalmente, há o reconhecimento generalizado de que as responsabilidades transcendem os limites de seus respectivos territórios – leia-se, uma visão solidária e colaborativa.

Finalmente, na perspectiva do desenvolvimento institucional, as instituições de governo certamente dependem de fatores organizativos e procedimentos técnicos, do estabelecimento de prioridades em seu funcionamento e do desenvolvimento dos recursos humanos ali investidos. Em sentido amplo, um ambiente institucional se consolida a partir da habilidade de uma gestão para formular, coordenar e avaliar políticas públicas, definir e exercer funções de governo, manejando seus recursos de poder, buscando apoio na sociedade e garantindo a legitimidade para a execução de seus programas.

É importante ressaltar que a abordagem institucional desenvolvida no PDDI não teve por finalidade um diagnóstico dos governos locais e dos órgãos setoriais do Estado considerados isoladamente; seu objetivo foi compreender as possibilidades de ações conjuntas, de arranjos com vistas a soluções compartilhadas, de conjugação de trabalhos em prol dos modos de vida metropolitanos.

II.

Do ponto de vista da **concertação institucional**, o plano buscou garantir ampla participação dos sujeitos coletivos e instâncias institucionais em suas formas de articulação e arenas de debate, combinando saber técnico e conhecimento cotidiano e incorporando setores públicos e privados em suas várias formas de organização. A busca de novos arranjos institucionais, envolvendo as diversas áreas, mas ainda as várias escalas e níveis de governo e

de gestão foi também seu objeto de reflexão e de esforço de concertação, enquanto buscou articular as ações diversas no contexto do planejamento metropolitano.

Uma concertação institucional para a gestão metropolitana bem sucedida, com vistas ao aprimoramento do planejamento e da gestão metropolitana, pauta-se pela identificação de:

1. mecanismos de *estímulo ao planejamento e à ação governamental concertada* nos três níveis de governo, potencializando mudanças estruturais mais profundas e rápidas no desenvolvimento metropolitano;
2. mecanismos de *ampliação da participação da sociedade civil na discussão e implementação de ações* de interesse regional, estimulando a necessária sinergia na construção e monitoramento do plano;
3. mecanismos de *garantia de processos decisórios* mais rápidos na implementação de ações já amadurecidas pela sociedade e governos;
4. mecanismos para *ampliar a capacidade dos gestores* em captar recursos para projetos de interesse regional e geri-los com rapidez e eficácia.

Buscou-se, continuamente, o *diálogo com as instâncias políticas e administrativas* cujas competências se estendem à região metropolitana, particularmente por meio da consideração de seus planos e projetos vigentes ou em curso, da realização de reuniões com órgãos do governo estadual, parlamentares e representantes das administrações municipais e incorporação de sua contribuição ao PDDI e de reuniões para apresentação e debate de informações, diagnósticos e proposições à Assembléia Metropolitana e ao Conselho Deliberativo de Desenvolvimento Metropolitano.

III.

A lei que cria a Agência de Desenvolvimento Metropolitano (Lei 107/09) estabelece com clareza o seu papel central para o processo de implementação do PDDI: “promover a implementação de planos, programas e projetos de investimento estabelecidos no Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado”.

Além disso, a Lei também estabelece que a Agência tem por funções:

1. articular-se com instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais;
2. articular-se com os Municípios integrantes da RMBH, com órgãos e entidades federais e estaduais e com organizações privadas, visando à conjugação de esforços;

3. estabelecer intercâmbio de informações com organizações públicas ou privadas, nacionais ou internacionais;
4. auxiliar os Municípios da RMBH na elaboração e na revisão de seus planos diretores.

Associadas às funções de deliberação de questões relacionadas ao PDDI e ao processo de planejamento, exercidas pelo Conselho Deliberativo de Desenvolvimento Metropolitano, pode-se dizer que as condições técnicas e institucionais necessárias para a implementação do PDDI já estão equacionadas.⁵

Ainda como condição necessária para a implementação do Plano, coloca-se como imprescindível o efetivo envolvimento dos municípios. Afinal, são eles, como entidades autônomas da federação, que deverão constituir os processos de cooperação e de solidariedade exigidos para a implementação das propostas do PDDI, conforme explicitado na formulação das políticas e programas.

A ampla participação dos municípios metropolitanos em todas as etapas de elaboração e de discussão do Plano é um indicador de que há grande possibilidade da imprescindível continuidade no processo de seu envolvimento efetivo.

Tais condições necessárias, no entanto, não são suficientes quando se pensa na consolidação de um processo permanente de planejamento e da gestão da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Para isto é fundamental que se dê continuidade aos processos de ampliação e de dinamização da institucionalidade que, de fato, já estão em andamento.

Em primeiro lugar, observa-se que a ampliação do arranjo institucional já está em movimento. Uma evidência disto são os Comitês Temáticos, propostos e aprovados pelo Conselho Deliberativo de Desenvolvimento Metropolitano e incorporados à estrutura da Agência de Desenvolvimento Metropolitano. Organizados inicialmente de forma setorial, tais Comitês podem ser ampliados em sua composição e essência para se tornarem multissetoriais se adotados, por exemplo, os quatro eixos temáticos – Acessibilidade, Seguridade,

⁵ O PDDI foi concluído em fins de 2010, momento em que ainda não havia sido criada a Secretaria Extraordinária de Gestão Metropolitana. A existência desta nova Secretaria significa certamente uma medida essencial para a implementação do Plano e para a consolidação do processo de planejamento metropolitano.

Sustentabilidade e Urbanidade – em torno dos quais se estruturou a metodologia de elaboração do PDDI.

Esta estrutura de análise transversal, interdisciplinar e intersetorial, não deveria ser perdida. Os Comitês teriam a responsabilidade de torná-la operacional no processo de implementação setorial das propostas do Plano. Perder esta estrutura transversal pode empobrecer a abordagem intersetorial e multiescalar que a análise e o planejamento de uma região metropolitana exigem. A forma mais adequada de implementar tal estrutura deve ser pensada conjuntamente, no âmbito do Conselho Deliberativo, com a devida participação de todos os agentes institucionais e sociais que o compõem.

Uma segunda iniciativa, talvez a mais importante, de ampliação do arranjo institucional existente refere-se à promoção da cooperação e da solidariedade intermunicipal, já desenvolvida nas políticas e programas acima apresentados. Trata-se, certamente, de condição essencial para a consolidação de formas permanentes de gestão metropolitana democrática.

Em segundo lugar, a institucionalidade deve ser também ampliada e enriquecida em termos sociais e políticos, por meio da continuidade do processo participativo. A participação foi um princípio incorporado ao processo de retomada da questão metropolitana de Belo Horizonte desde o momento em que um arranjo institucional foi referendado no ambiente democrático que marcou a 1ª Conferência Metropolitana, realizada em agosto de 2007. Deve-se lembrar que, além das decisões participativas que levaram à composição do primeiro Conselho Deliberativo de Desenvolvimento Metropolitano, foi nesta Conferência que se propôs e se criou o Colegiado Metropolitano da Sociedade Civil, com 20 membros, responsável pelo suporte técnico e político aos dois representantes da sociedade civil no Conselho Deliberativo. Teve início, portanto, um processo de controle social mais efetivo e ampliado do que aquele previsto na legislação que criou o Conselho Deliberativo. O Colegiado Metropolitano vem se consolidando como um importante agente de ampliação do processo participativo.

A metodologia do PDDI foi responsável por ampliar ainda mais o processo participativo, não apenas por meio das bem sucedidas oficinas – regionais e temáticas – e dos seminários, mas também através da forma aberta adotada nas reuniões de trabalho para a elaboração do Plano, em todas as suas fases. Além disso, o PDDI foi elaborado em estreita colaboração com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana, o

que é uma condição para a continuidade e a legitimidade do processo de implementação do Plano e para a consolidação do processo de planejamento.

Pode-se dizer que tanto o arranjo institucional existente, quanto a sua ampliação e dinamização nos termos acima apresentados, apontam para a real possibilidade de sucesso nos processos de implementação do PDDI e de consolidação de um planejamento metropolitano social e politicamente legítimo.

4.2 APRESENTAÇÃO DA MATRIZ DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL⁶

A esfera da implementação de uma política pública compreende um conjunto de procedimentos e um elenco de etapas que vão desde a sua proposição até o acompanhamento de sua efetiva implantação. Com vistas a compreender esse trajeto da política no ambiente institucional, foi construída uma matriz que analisa cada uma das políticas propostas no PDDI-RMBH em seus componentes de institucionalidade, estabelecendo três dimensões integradas e complementares, a saber: **organicidade** ou arquitetura institucional, **processos e sistemas** ou práticas de gestão e **normatização** ou controle normativo.

Considerados os eixos estruturadores – Urbanidade, Acessibilidade, Seguridade, Sustentabilidade –, a matriz de desenvolvimento institucional dispõe as políticas segundo seus programas, projetos e ações, que são lidos à luz das definições conceituais que se seguem.

Organicidade ou arquitetura institucional

Da formulação e execução das políticas públicas decorrem atividades técnicas e de gestão, que necessitam estar articuladas de modo a garantir que aquelas sejam implementadas. A organicidade diz respeito a essa estrutura de implementação quando considerada em sua dimensão político-institucional, na qual os diversos representantes das instâncias políticas selecionam áreas ou setores dentro de um contexto intra e interorganizacional e, posteriormente, alocam recursos humanos em seus diversos níveis hierárquicos.

⁶ Esta matriz não pode ser reproduzida neste Resumo Executivo devido ao seu tamanho: aproximadamente 120 páginas. Ela faz parte do produto final e se constitui em instrumento institucional essencial para orientar a implementação do PDDI.

Refere-se à abordagem organizacional no que concerne à análise da funcionalidade dos arranjos institucionais entendidos como estruturais, formais, e legalmente instituídos. Este marco institucional é endógeno, gerado no interior da máquina pública, e representa a efetividade das instituições formais, seus cargos e competências, sua interface colegiada e suas variantes orgânicas para a implantação das políticas públicas.

A estrutura organizacional determina um conjunto de relações formais de subordinação, entre as quais estão o número de níveis na hierarquia e a amplitude de controle de gerentes e supervisores. Trata-se, no conhecimento da organicidade, de otimizar a coordenação e integração de esforços; de estabelecer possíveis ações de descentralização (entre os diversos níveis de governo, entre as instituições e empresas, entre os empresários e terceiro setor organizado) de modo a garantir flexibilidade para produção de bens e serviços à população.

Constituem a arquitetura institucional: controle legislativo, fiscalização superior e controle judicial, normas e instituições para o exercício do poder de polícia administrativo, inclusive agências bem como o controle externo.

Processos e sistemas ou práticas de gestão

Um sistema organizacional é formado pela interação de uma comunidade de organizações e seus ambientes. As relações interorganizacionais são as transações, fluxos e ligações de recursos relativamente duradouros que ocorrem entre duas ou mais organizações.

Práticas de gestão de processos e sistemas dizem respeito ao desenvolvimento, direção e controle do capital humano, físico e informacional, tendo em vista o apoio à implementação das políticas públicas. O termo “processos e sistemas” traduz-se pelo estabelecimento de padrões de comportamento visando garantir o mínimo de previsibilidade ante o cidadão como garantia de produção efetiva de bens e serviços públicos mediante o qual são traduzidas ações concretas.

A pergunta que se faz, nesse caso, é: os recursos humanos, materiais e financeiros estão alocados em locais institucionais apropriados? Para melhorar o desempenho da gestão de processos e sistemas devem-se discutir os insumos tendo como referência os planos, programas e projetos.

Há quatro elementos de gestão que são essenciais, transversais e sistêmicos em qualquer processo de tomada de decisão dentro do exercício da autoridade pública: gestão financeira, recursos humanos, informação e estratégia de governo.

O componente **processos e sistemas** está contemplado nas políticas na afirmação da necessidade de *cooperação entre municípios*, na *integração e intersectorialidade na prestação dos serviços* relacionados às funções públicas de interesse comum, nas *ações de formação e capacitação* para aperfeiçoamento da gestão pública e controle social e na criação de *sistemas de informações*. O componente está relacionado com atributos fundamentais para as políticas, sem os quais os objetivos não se efetivariam.

A. Cooperação e Intersectorialidade

A *cooperação entre municípios* está contemplada tanto no que diz respeito a objetivos específicos como no objetivo mais amplo da criação de redes intermunicipais de articulação e fortalecimento das complementaridades entre centros microrregionais e locais nos municípios vizinhos de pequeno e médio porte da RMBH.

A *intersectorialidade* está ligada às estratégias de integração das várias instâncias setoriais que se apresentam isoladas na sua organização enquanto ações do poder público, ou mesmo, enquanto interesses manifestos de partes da comunidade metropolitana. Desta forma, as diversas políticas do Plano têm por objetivo integrar instâncias, instituições, escalas, territórios e abordagens setoriais.

B. Capacitação e formação

As propostas de *capacitação e formação* aparecem de forma recorrente nas políticas e estão relacionadas com as estratégias de estimular a formação de recursos humanos e a geração de alternativas de emprego; capacitar técnicos para a gestão integrada de serviços públicos no âmbito metropolitano; treinar técnicos e usuários para operação e utilização dos sistemas de informações e bancos de dados; formar docentes e gestores em parceria entre municípios e/ou em dimensão metropolitana, dentre outros.

C. Sistemas de informações

Os *sistemas de informações* são propostos por diversas políticas com o objetivo de universalizar o acesso às informações produzidas no âmbito da gestão pública, possibilitando maior divulgação de atividades – culturais, turísticas, educacionais, etc. –, transparência na gestão pública; accountability; e controle social das políticas públicas pela sociedade civil.

Normatização ou controle normativo

A normatização ou o princípio normativo do controle da discricionabilidade é uma noção dual e de equilíbrios diversos. Aqui se considera a existência de sistemas de contrapesos (separação de poderes), vigilância e punições (controle ativo). Também supõe uma determinada flexibilidade para atuação profissional de diversos atores políticos e burocráticos para ajustar a atuação governamental. Trata-se de estabelecer restrições ou canais de transparência, prestações de contas e de regras de acesso ao serviço público.

4.3 POLÍTICAS DA DIMENSÃO ESTRUTURANTE INSTITUCIONALIDADE

As três políticas a seguir são parte do fundamento básico da institucionalidade da gestão metropolitana da RMBH. Foram concebidas como suporte necessário para que o PDDI seja implementado e monitorado.

4.3.1 POLÍTICA METROPOLITANA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Em quase todas as metrópoles brasileiras as dificuldades da gestão pública nas áreas metropolitanas estão expressas num quadro de significativa fragmentação institucional. No Brasil, de um modo geral, a capacidade de governo dos municípios é pouco utilizada para gerar uma dinâmica cooperativa que dê conta de superar efetivamente um padrão fragmentado e segregado de gestão dos problemas urbanos, sejam eles os da habitação, saúde, transportes, educação, dentre outros. Em Minas Gerais, percebe-se um avanço na abordagem do problema metropolitano por parte do governo estadual que, por disposição constitucional e com grande ênfase, se engajou na questão metropolitana. Entretanto, são perceptíveis problemas que ainda têm sido tratados de forma estanque, produzindo efeitos danosos no cotidiano da população. As questões que fustigam a governança metropolitana são relativas à postura e à capacidade institucional dos municípios. É necessário insistir na idéia da colaboração, e isso implica em fortalecer a estrutura intergovernamental existente em termos de responsabilidades (e capacidades) compartilhadas, que deve ser buscada perante a questão metropolitana.

As funções públicas de interesse comum sinalizam as demandas por gestão compartilhada de serviços públicos, elucidando a necessidade da superação dos limites municipais como o recorte territorial padrão para a elaboração e implementação das políticas públicas. Deste modo, a adoção de práticas de cooperação intermunicipal se faz necessária na medida em que oferece aos municípios possibilidades de ações conjuntas para a resolução de problemas comuns. Deve-se, portanto, superar a fragmentação institucional e o padrão localista de implementação das políticas públicas, criando condições para a gestão

compartilhada dos serviços públicos ligados às funções públicas de interesse comum, engendrando um ambiente institucional metropolitano favorável à ação articulada.

- Programa de Implantação do Fórum de Cooperação Intermunicipal;
- Programa de Capacitação para Governança Metropolitana Colaborativa.

4.3.2 POLÍTICA METROPOLITANA INTEGRADA DE COOPERAÇÃO INTERINSTITUCIONAL E INTERSETORIAL

A prática da cooperação intermunicipal na RMBH tem, na sua contabilidade, ganhos e perdas. Porém, na modulação geral, a soma se torna positiva e todos ganham, posto que o objetivo é o desenvolvimento, compreendido como o bem viver metropolitano. Assim, as ações de cooperação entre os municípios metropolitanos nas escolhas de prioridades e de estratégias para a implantação e gestão harmônicas de políticas públicas são fundamentais na busca por soluções de questões de interesse comum. *Ações de cooperação* são aquelas que têm como referência a essencialidade de integração entre os municípios – entendidos na extensão dos cidadãos e cidadãs, dos agentes públicos metropolitanos e estaduais e da iniciativa privada. Esta forma de atuação visa a contemporaneidade do relacionamento intermunicipal com no sentido do aproveitamento de experiências, oportunidades e tendências para solucionar os problemas regionais sem desconsiderar as realidades sociais, econômicas e administrativas existentes entre os municípios metropolitanos. Assim, as ações de cooperação serão parte do posicionamento de todos como cidadãos metropolitanos, e devem ser destacadas entre as políticas e projetos propostos, por promoverem e articularem propósitos comuns com igual conhecimento das questões e soluções.

A Política Metropolitana Integrada de Cooperação Interinstitucional e Intersetorial propõe, assim, promover a cooperação entre os municípios metropolitanos como política pública, com o objetivo de racionalização e diminuição de seus custos operacionais e de suas condições na negociação de recursos para o financiamento de políticas públicas, buscando maior eficiência e eficácia das prefeituras municipais no atendimento às necessidades da sociedade. A Política apresenta-se com os seguintes programas:

- Programa de cooperação e políticas de compensação;
- Programa capacitação em negociação de projetos e consórcios intermunicipais.

4.3.3 POLÍTICA METROPOLITANA INTEGRADA DE MODERNIZAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DA ESTRUTURA FISCAL DOS MUNICÍPIOS

Os municípios brasileiros possuem pequeno raio de manobra para aumentar suas receitas e reduzir a dependência de transferências intergovernamentais para o financiamento de suas atividades. Contando em seu campo de competência com o IPTU, o ISS, o ITBI *inter-vivos* e as taxas cobradas sobre os negócios de sua economia, seu horizonte é limitado não somente pela existência de limites legais ao estabelecimento de suas alíquotas, mas também pelo desgaste político que a sua cobrança pode provocar para a administração, ou ainda pelas dificuldades técnicas para definir a incidência destes tributos.

Ainda que a cobrança destes tributos esteja também limitada pelo nível de sua atividade econômica e também pelos baixos níveis de renda de sua população, os municípios brasileiros, especialmente os de pequeno porte e os menos desenvolvidos, carecem de uma estrutura de administração tributária eficiente, capaz não somente de propiciar-lhes maiores receitas próprias derivadas de sua atividade econômica, mas também de identificar potencialidades não exploradas de arrecadação. Mudar essa realidade é essencial para capacitar os municípios a contarem com maior volume de receitas próprias para o financiamento de suas atividades e terem condições de definir suas próprias prioridades, independentemente das transferências intergovernamentais que recebem, as quais são, em boa parte, vinculadas ao financiamento de uma determinada área, não se tratando, portanto, de recursos “livres”. Só nessas condições os municípios serão capazes de romper o cerco imposto pelo elevado grau de engessamento de seus orçamentos e canalizar recursos para fortalecer financeiramente o Fundo de Desenvolvimento Metropolitano (FDM), um órgão responsável pela coordenação e financiamento de projetos de interesse comum aos municípios que integram essas regiões.

- Programa Modernização da Administração Tributária;
- Programa Revisão do Código Tributário e identificação e cobrança de fontes tributárias alternativas e potenciais;
- Programa Fortalecimento Financeiro do Fundo de Desenvolvimento Metropolitano.

5 EQUIPE

CONTRATAÇÃO E ACOMPANHAMENTO INSTITUCIONAL 2009/2010
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E POLÍTICA URBANA
– SEDRU

Coordenação Geral

Maria Madalena Franco Garcia
Subsecretária de Desenvolvimento Metropolitano

ACOMPANHAMENTO INSTITUCIONAL 2011
SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE GESTÃO METROPOLITANA – SEGEM
AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA RMBH

COORDENAÇÃO TÉCNICA
UFMG – CEDEPLAR / FACE

Coordenação Geral

Roberto Luís de Melo Monte-Mór - Cedeplar - Face – UFMG

Coordenação Territorial

Heloísa Soares de Moura Costa - IGC - UFMG

Coordenação de Concertação Institucional

Geraldo Magela Costa - IGC – UFMG

Marco Crocco - Cedeplar - Face – UFMG

Rodrigo F. Simões - Cedeplar - Face - UFMG

Coordenação de Núcleos Temáticos Transversais

Econômico	Social	Ambiental
Gustavo Britto Edson Paulo Domingues Ricardo M. Ruiz Cedeplar - Face – UFMG	Jupira Gomes de Mendonça EA – UFMG	Alisson Flávio Barbieri Cedeplar - Face – UFMG

Assessoria da Coordenação

Clélio Campolina Diniz Cedeplar - Face – UFMG	João Antônio de Paula Cedeplar - Face – UFMG	Rodrigo Ferreira Simões Cedeplar - Face – UFMG Geraldo Magela Costa IGC – UFMG
--	---	---

Gerência Operacional

Sibelle Cornélio Diniz - Cedeplar - Face – UFMG

Lucília Maria Zarattini Niffinegger - Cedeplar - Face – UFMG

Subcoordenação de Sistema de Informações e Comunicação - SINC

Eduardo Maia Memória - Consultor

Subcoordenação de Mobilização Social e Organização Local - MOBS

Rodolfo Alexandre Cascão Inácio – Consultor

Coordenação de Áreas Temáticas Transversais e Estudos Complementares

Uso do solo, dinâmica imobiliária e escalas de centralidades metropolitanas - USDEC
Rogério Palhares Zschaber de Araújo - EA - UFMG

Mobilidade urbana, comunicações, transportes e sistema viário - MCT
Nilson Tadeu Ramos Nunes - EE - UFMG

Vida cotidiana, habitação e qualidade de vida - HVQ
Silke Kapp - EA - UFMG

Cultura, educação, segurança alimentar, trabalho e renda - CEAT
Ana Maria Rabelo Gomes - FAE - UFMG

Saúde, meio ambiente, saneamento, recursos hídricos e resíduos sólidos - SMARHS
Nilo de Oliveira Nascimento - EE – UFMG

Complexos ambientais culturais - CAC
Fabiana Andrade Bernardes Almeida - IGC – UFMG

Capacidade institucional de planejamento e gestão dos municípios - CIPLAG
Rita de Cássia Lucena Velloso - PUCMinas

Risco socioambiental, vulnerabilidade social e segurança pública - RIVS

João Gabriel Teixeira - Consultor
Maria Inês Pedrosa Nahas - PUCMinas
Murilo Cássio Xavier Fahel - FJP

Aspectos demográficos e ambientais da demanda social - ADAMS

Bernardo Lanza Queiroz - Cedeplar – Face - UFMG

Estrutura produtiva, conhecimento, tecnologia e alternativas energéticas - ETC

Fabiana Borges Teixeira dos Santos - Cedeplar – Face - UFMG

Capacidade de Investimento, Base Tributária e Arranjos Financeiros Metropolitanos

Fabricio Augusto de Oliveira - Consultor
Jose Tanajura Carvalho - Consultor

Rede Urbana de Serviços de Saúde na RMBH e no Colar Metropolitano

Alessandra Coelho de Oliveira - Consultora
Cristina Guimarães Rodrigues - Consultora

Evolução do Perfil Epidemiológico nos Municípios da RMBH entre 1998 e 2008

Kenya Valeria Micaela de Souza Noronha - Cedeplar – Face - UFMG

Mudanças Climáticas, Cenários Econômicos e de Emissões de Gases de Efeito Estufa para a RMBH

Edson Paulo Domingues - Cedeplar – Face - UFMG

Modelo de Potencial de Interação – estudos da rede de centralidades, acessibilidades e impedâncias no território da RMBH e Estudos de Vocações e Conflitos de Interesse para Ocupação do Território

Ana Clara Mourão Moura - EA - UFMG

Unidades Geotécnicas da RMBH e Potencial de Uso

Maria Giovana Parizzi - IGC - UFMG
Ana Clara Mourão Moura - EA - UFMG

Análise da Expansão Urbana da Região Metropolitana de Belo Horizonte, 2023 e 2050

Glauco Umbelino - Cedeplar – Face – UFMG

Coordenação de Dimensões Estruturantes

Territorialidade / Proposta de Reestruturação Territorial Metropolitana	Institucionalidade / Proposta Institucional
Helóisa Soares Moura Costa - IGC – UFMG João Bosco Moura Tonucci Filho - Cedeplar - Face – UFMG	Rita de Cássia Lucena Velloso - PUC Minas Geraldo Magela Costa - IGC – UFMG

Coordenação de Eixos Temáticos Integradores

Acessibilidade	Seguridade	Sustentabilidade	Urbanidade
José Irineu Rangel Rigotti Cedeplar – Face – UFMG	Junia Maria Ferrari Lima EA - UFMG	Gustavo de Brito Rocha Cedeplar – Face - UFMG	Alexandre Mendes Cunha Cedeplar – Face – UFMG

Coordenação de Políticas por Dimensões Estruturantes

Territorialidade	Institucionalidade
<i>Centralidades em Rede</i> Felipe Nunes Coelho Magalhães - Consultor	<i>Desenvolvimento Institucional</i> Rita de Cássia Lucena Velloso - PUC Minas
<i>Regulação do Uso e da Ocupação do Solo</i> Rogério Palhares Zschaber de Araújo EA – UFMG Ana Lucia Goyatá Campante Consultora	<i>Cooperação Interinstitucional e Intersectorial</i> José Tanajura Carvalho Consultor
	<i>Modernização e Atualização da Estrutura Fiscal dos Municípios</i> Fabricio Augusto de Oliveira Consultor

Coordenação de Políticas Metropolitanas por Eixos Integradores

Acessibilidade	Seguridade	Sustentabilidade	Urbanidade
<i>Mobilidade Metropolitana</i> Tiago Esteves Gonçalves da Costa EA – UFMG Guilherme de Castro Leiva CEFET - MG Leandro Cardoso EE - UFMG	<i>Segurança Pública</i> Murilo Cássio Xavier Fahel FJP	<i>Desenvolvimento Produtivo Sustentável</i> Fabiana Borges Teixeira dos Santos Cedeplar – Face - UFMG	<i>Democratização dos Espaços Públicos</i> Ana Maria Rabelo Gomes FAE - UFMG

<p><i>Direito ao Espaço Cotidiano: Moradia e Ambiente Urbano</i> Silke Kapp EA – UFMG</p>	<p><i>Gestão dos Riscos Ambientais e de Mudanças Climáticas</i> Edson Paulo Domingues Cedeplar – Face – UFMG</p>	<p><i>Desenvolvimento de Territórios Minerários</i> Fabiana Borges Teixeira dos Santos Cedeplar – Face - UFMG</p>	<p><i>Gestão da Paisagem e Valorização da Diversidade Cultural</i> Fabiana Andrade Bernardes Almeida IGC - UFMG</p>
<p><i>Integração dos Serviços de Saúde</i> Ignez Helena Oliva Perpetuo Cedeplar – Face - UFMG</p>	<p><i>Segurança Alimentar e Nutricional</i> Márcio C. dos Reis Consultor</p>	<p><i>Gestão, Proteção e Recuperação dos Recursos Hídricos</i> Nilo de Oliveira Nascimento EE - UFMG Tarcisio Tadeu Nunes Junior IGC - UFMG</p>	<p><i>Gestão Territorial da Educação e Cultura</i> Shirley Aparecida de Miranda FAE - UFMG</p>
<p><i>Assistência Social</i> Murilo Cássio Xavier Fahel FJP João Gabriel Teixeira Consultor</p>	<p><i>Formação e Qualificação Profissional</i> Márcio C. dos Reis Consultor Sibelle C. Diniz Cedeplar – Face – UFMG</p>	<p><i>Saneamento Básico</i> Nilo de Oliveira Nascimento EE - UFMG</p>	<p><i>Promoção de Atividades Culturais e Criativas</i> Ana Flávia Machado Cedeplar – Face - UFMG</p>
<p><i>Democracia Digital</i> José Irineu Rangel Rigotti Cedeplar – Face – UFMG Eduardo Maia Memória Consultor</p>	<p><i>Apoio à Produção em Pequena Escala</i> Sibelle C. Diniz Cedeplar – Face – UFMG Márcio C. dos Reis Consultor</p>	<p><i>Resíduos Sólidos</i> Raphael Tobias de Vasconcelos Barros EE - UFMG Fátima Abreu Consultora</p>	<p><i>Financiamento da Cultura</i> Ana Flávia Machado Cedeplar – Face - UFMG</p>
		<p><i>Delimitação e Recuperação de Áreas de Interesse para Conservação Ambiental</i> Sergio Augusto Domingues PUC Minas</p>	
		<p><i>Compensação e Valoração de Serviços Ambientais</i> Alisson Flavio Barbieri</p>	

		Cedeplar – Face - UFMG	
		<i>Mitigação de Gases de Efeito Estufa para uma Economia de Baixo Carbono</i> Edson Paulo Domingues Cedeplar – Face - UFMG	

Equipe de Geoprocessamento

Em ordem alfabética:

Ana Clara Mourão Moura - EA – UFMG

Ana Pimenta - Consultora

Danilo Marques de Magalhães - IGC – UFMG

Fernando Silva Borges de Andrade - IGC – UFMG

Glauco Umbelino - Cedeplar – Face – UFMG

Marcos Eugênio Brito de Castro - Consultor

Reinaldo Onofre dos Santos - Cedeplar – Face - UFMG

Equipe Técnica – exceto Coordenação e Geoprocessamento

Em ordem alfabética:

1. Adélia Cristina de Souza Braga – Assistente de pesquisa, Escola de Design/UEMG
2. Alex Carvalho - Assistente de pesquisa, IGC/UFMG
3. Alexandre Guelman Davis – Assistente de pesquisa, ICEX/UFMG
4. Alexandre Weber – Assistente de pesquisa, Face/UFMG
5. Aline Almeida Raposo - Assistente de pesquisa, IGC/UFMG
6. Aline Souza Magalhães – Assistente de pesquisa, Face/UFMG
7. Altair Sancho - Professor, IGC/UFMG
8. Altivo Roberto Andrade de Almeida Cunha – Consultor
9. Álvaro Américo – Assistente de Pesquisa, EA/UFMG
10. Amélia Augusta Friche – Assistente de pesquisa, UFMG
11. Ana Carolina Andrino de Melo - Assistente de pesquisa, IGC/UFMG

12. Ana Carolina da Cruz de Souza - Assistente de pesquisa, IGC/UFMG
13. Ana Carolina Pinheiro Euclides - Assistente de pesquisa, IGC/UFMG
14. Ana Carolina Ribeiro – Assistente de pesquisa, IGC/UFMG
15. Ana Paula Baltazar dos Santos – Professora, EA/UFMG
16. Ana Paula Emídio Barbosa – Assistente de pesquisa, EA/UFMG
17. Ana Paula Maciel Peixoto – Assistente de pesquisa, EA/UFMG
18. Ana Tereza Lanna – Professora, PUC-MG
19. André Kraemer Goes – Assistente de pesquisa, EA/UFMG
20. Antônio Pereira Magalhães Júnior – Professor, IGC/UFMG
21. Arnaldo Freitas de Oliveira Junior – Professor, IFMG/Ouro Preto
22. Artur Moreira Souto – Assistente de pesquisa, Face/UFMG
23. Augusto Gomes Araújo – Assistente de pesquisa, Escola de Design/UEMG
24. Beatriz Judice Magalhães – Assistente de Pesquisa, Cedeplar/Face/UFMG
25. Bernardo Alves Furtado - Colaborador
26. Bianca Moreira Mariquito Naime Silva – Assistente de pesquisa, IGC/UFMG
27. Brenner Rodrigues – Consultor
28. Breno Pessoa dos Santos – Professor, Escola de Design/UEMG
29. Bruno Cabral França – Mestrando, EG/FJP
30. Celeste de Souza Rodrigues - Consultora/ Observatório de Saúde Urbana de Belo Horizonte/UFMG
31. Charliston Marques Moreira – Consultor
32. Ciara Albernaz - Consultora
33. Circlaine da Cruz Santos Faria – Assistente de pesquisa, PUCMinas
34. Clarice de Assis Libânio - Consultora
35. Clodoveu Augusto Davis Junior – Professor, ICEX/UFMG
36. Cristiano Gurgel Bickel – Assistente de pesquisa, EA/UFMG; Professor, Coltec
37. Daniela Menezes Martins - Consultora
38. Danilo Macruz Inácio – Consultor
39. David José A. V, de Magalhães – Professor, EE/UFMG
40. Dayan Magalhães Castro – Assistente de pesquisa, IGC/UFMG
41. Elizabeth Maria Filizzola Costa - Consultora
42. Ernesto Friedrich de Lima Amaral – Professor, FAFICH/UFMG
43. Fabio Weikert Bicalho – Assistente de pesquisa, Cedeplar/Face/UFMG
44. Felipe do Valle Nacif - Consultor
45. Fernanda Caixeta – Assistente de Pesquisa, IGC/UFMG
46. Fernando da Silva Soares – Assistente de pesquisa, EA/UFMG
47. Fernando Gomes Braga – Professor, IFMG

48. Frederico Gonzaga Jayme Júnior – Professor, Cedeplar/Face/UFMG
49. Gabriel Henrique de Oliveira – Assistente de pesquisa, Escola de Design/UEMG
50. Giovanna Oliveira Carvalho – Assistente de pesquisa, Escola de Design/UEMG
51. Guilherme Augusto Pereira Malta – Assistente de Pesquisa, IGC/UFMG
52. Guilherme Vagner Barros – Professor, Escola de Design/UEMG
53. Gustavo Vasconcelos Ribeiro – Assistente de pesquisa, Face/UFMG
54. Heloisa Schmidt de Andrade – Consultora
55. Helton Guerra Fernandes – Assistente de pesquisa, Cedeplar/Face/UFMG
56. Isabela França Magalhães – Assistente de pesquisa, Escola de Design/UEMG
57. Ivana Arruda Silveira Saraiva – Professora, PUCMinas
58. Janaina Lopes Nogueira – Assistente de pesquisa, EA/UFMG
59. João Marcelo Mendes - Consultor
60. João Victor de Oliveira Rodrigues – Assistente de pesquisa, Escola de Design/UEMG
61. José Eustáquio de Brito – Professor, FaE/UEMG
62. Ligia Milagres – Assistente de pesquisa, EA/UFMG
63. Luânia Ludmilla Castro - Assistente de pesquisa, Empresa Junior de Ciências Sociais, FAFICH/UFMG
64. Lucia Helena Ciccarini Nunes – Professora, PUCMinas
65. Luiz Alberto Borges – Assistente de pesquisa, ICEx/UFMG
66. Luiz Felipe Quintão – Assistente de pesquisa, EA/UFMG
67. Luiza Filizzola Costa Lima – Consultora
68. Márcia Maria Lousada – Professora, IGC/UFMG
69. Marcus Abílio – Professor, FAFICH-UFMG
70. Margarete Maria de Araújo Silva – Professora, EA/UFMG
71. Maria Angélica de Salles Dias – Consultora, Faculdade de Medicina/UFMG
72. Maria Helena Cunha – Consultora
73. Mariana Movilla – Assistente de pesquisa, EA/UFMG
74. Marina Moreira – Assistente de pesquisa, Face/UFMG
75. Mateus Andreatta Barros – Assistente de pesquisa, EA/UFMG
76. Mateus Lira da Matta Machado - Assistente de pesquisa, EA/UFMG
77. Matheus Alves de Britto - Consultor
78. Matheus Bahia - Assistente de Pesquisa , FAFICIH/FJP
79. Matheus Silva Romualdo - Assistente de pesquisa, EBA/UFMG
80. Matias John Wojciechowsky – Consultor
81. Maura Neves Coutinho – Assistente de pesquisa, IGC/UFMG
82. Mayara Pinheiro Duarte – Assistente de Pesquisa, IGC/UFMG
83. Michelle Gontijo Veloso – Assistente de pesquisa, PUCMinas

84. Moisés Machado - Consultor
85. Mônica Campolina Diniz Peixoto - Consultora
86. Osias Baptista Neto - Consultor
87. Pâmela Aquino Fernandes, Assistente de Pesquisa, PUCMinas
88. Paola Rogedo – Assistente de pesquisa, EA/UFMG
89. Patrícia Vargas S. C. Oliveira – Assistente de pesquisa, Cedeplar/Face/UFMG
90. Pedro Cisalpino – Assistente de pesquisa, FAFICH/UFMG
91. Pedro Heller – Assistente de pesquisa, EE/UFMG
92. Pedro Henrique de Mendonça Resende - Assistente de pesquisa, IGC/UFMG
93. Priscilla Silva Nogueira – Assistente de pesquisa, EA/UFMG
94. Rafael Igino Ferreira Cruz – Assistente de pesquisa, PUCMinas
95. Rafael Rust Neves – Assistente de pesquisa, PUCMinas
96. Regina Maria de Fátima Camargos - Consultora
97. Rodrigo Machado F. Leitão – Assistente de Pesquisa, IGC/UFMG
98. Rodrigo Santos Marcandier Gonçalves – Assistente de pesquisa, EA/UFMG
99. Rogério Sant'Anna de Souza – Assistente de pesquisa, PUCMinas
100. Rose Aparecida Pena – Assistente de Pesquisa, IGC/UFMG
101. Rosemary Portugal G. de Souza – Professora, Escola de Design/UEMG
102. Sabrina Amélia Lima e Silva – Assistente de pesquisa, ICEX/UFMG
103. Samanta Jovana – Assistente de pesquisa, UEMG
104. Samy Lansky – Consultor
105. Selena Lage - Consultora
106. Stefano Guimarães Falce – Assistente de pesquisa, ICEX/UFMG
107. Tamiris Joana Nascimento – Assistente de pesquisa, EA/UFMG
108. Tatiana Soledade Delfanti Melo - Assistente de Pesquisa EA/ UFMG
109. Thiago Araújo de Pinho – Assistente de pesquisa, Cedeplar/Face/UFMG
110. Tiago Neves Guerra Lage - Consultor
111. Vanessa Cardoso Ferreira – Assistente de pesquisa, Cedeplar/Face/UFMG
112. Vitor Passos Camargos – Assistente de pesquisa, EA/UFMG
113. Wellington dos Santos Luzzi – Assistente de pesquisa, Escola de Design/UEMG
114. Zenilton Kleber - Consultor



plano
Metropolitano
RMBH



Secretaria Estadual de
Desenvolvimento Regional
e Política Urbana - SEDRU

